

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	16
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	25
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	26
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	27
Demonstração de Valor Adicionado	28

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	30
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	127
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	131
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	133
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	134

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	135
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	478.527
Preferenciais	624.310
Total	1.102.837
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	13.487.840	10.377.608	13.167.265
1.01	Ativo Circulante	443.788	787.529	408.754
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	21.397	43.056	36.734
1.01.03	Contas a Receber	412.145	630.367	364.302
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	412.145	630.367	364.302
1.01.03.02.01	Juros s Capital Próprio e Dividendos a receber	412.145	630.367	364.302
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.015	113.635	7.511
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.015	113.635	7.511
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10.015	113.635	7.511
1.01.07	Despesas Antecipadas	185	156	110
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	46	315	97
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	73	73
1.01.08.03	Outros	46	242	24
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	46	242	24
1.02	Ativo Não Circulante	13.044.052	9.590.079	12.758.511
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.148	1.400	1.555
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.274	1.373	1.475
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.274	1.373	1.475
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.774	0	35
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	4.774	0	35
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	100	27	45
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	73	0	0
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	27	27	45
1.02.02	Investimentos	13.034.508	9.584.392	12.751.833
1.02.02.01	Participações Societárias	13.034.508	9.584.392	12.751.833
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	13.034.508	9.584.392	12.751.833
1.02.03	Imobilizado	3.396	4.287	5.123
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	463	511	561

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.933	3.776	4.562

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	13.487.840	10.377.608	13.167.265
2.01	Passivo Circulante	415.837	732.759	367.961
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.743	4.344	4.109
2.01.01.01	Obrigações Sociais	193	259	247
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.550	4.085	3.862
2.01.03	Obrigações Fiscais	186	168.243	40.203
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	184	168.242	40.202
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	184	168.242	40.202
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	1	1
2.01.05	Outras Obrigações	411.908	560.172	323.649
2.01.05.02	Outros	411.908	560.172	323.649
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	410.472	558.728	322.578
2.01.05.02.04	Contas a Pagar com Operações em Arrendamento	1.110	947	813
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	326	497	258
2.02	Passivo Não Circulante	1.343.867	4.067	5.484
2.02.02	Outras Obrigações	1.343.082	3.202	3.973
2.02.02.02	Outros	1.343.082	3.202	3.973
2.02.02.02.03	Contas a Pagar com Operações com Arrendamento	2.258	3.202	3.973
2.02.02.02.05	Dividendos - controladas	1.340.824	0	0
2.02.04	Provisões	785	865	1.511
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	0	27
2.02.04.02	Outras Provisões	785	865	1.484
2.02.04.02.04	Plano de Remuneração	785	865	1.484
2.03	Patrimônio Líquido	11.728.136	9.640.782	12.793.820
2.03.01	Capital Social Realizado	7.785.522	5.775.670	4.775.670
2.03.02	Reservas de Capital	23.525	23.525	23.525
2.03.02.09	Ganho na Variação de Participação de Controlada	23.525	23.525	23.525
2.03.04	Reservas de Lucros	3.959.775	3.720.278	7.462.497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04.01	Reserva Legal	199.480	483.458	483.458
2.03.04.02	Reserva Estatutária	283.378	606.404	606.404
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	433.418	369.600	274.179
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	2.550.397	919.992	4.757.632
2.03.04.13	Lucros a realizar	493.102	1.340.824	1.340.824
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-40.686	121.309	532.128

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	3.982.312	-2.043.933	3.984.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.359	-6.348	-8.902
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	30	0	133
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.989.641	-2.037.585	3.992.769
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.982.312	-2.043.933	3.984.000
3.06	Resultado Financeiro	7.464	-64.514	-33.406
3.06.01	Receitas Financeiras	7.974	4.659	6.649
3.06.02	Despesas Financeiras	-510	-69.173	-40.055
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.989.776	-2.108.447	3.950.594
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-189	-3.159	-1.367
3.08.01	Corrente	-90	-3.057	-1.556
3.08.02	Diferido	-99	-102	189
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.989.587	-2.111.606	3.949.227
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.989.587	-2.111.606	3.949.227
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,36134	-2,83765	6,48418
3.99.01.02	PNA	5,89747	-3,12141	7,1326
3.99.01.03	PNB	5,89747	-3,12141	7,1326
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,34833	-2,83765	6,48418
3.99.02.02	PNA	5,88316	-3,12141	7,1326
3.99.02.03	PNB	5,88316	-3,12141	7,1326

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	3.989.587	-2.111.606	3.949.227
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-102.127	-32.678	-22.929
4.02.01	Efeito Cambial na Conversão das Demonstrações Financeiras e Realização da Var. Cambial de Controlada	-38.325	48.539	1.475
4.02.02	Resultado abrangente de controlada	-63.802	-81.217	-24.404
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.887.460	-2.144.284	3.926.298

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-63.774	-38.088	-964
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.110	-68.523	-37.196
6.01.01.01	Resultado líquido do Exercício	3.989.587	-2.111.606	3.949.227
6.01.01.02	Depreciação	71	70	80
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-3.989.641	2.037.585	-3.992.769
6.01.01.05	Amortização do direito de uso	1.017	968	909
6.01.01.07	Despesas com Juros, Líquidas	-1.329	-1.004	-102
6.01.01.08	Apropriação de Encargos Financeiros de Arrendamento	409	486	464
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	99	102	-189
6.01.01.12	Provisão para Contingências	0	-27	27
6.01.01.13	Outras Provisões	4.897	4.903	5.157
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-68.884	30.435	36.232
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	6.349	-92.480	821
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes	-167	-212	65
6.01.02.03	Redução em Outros Passivos Circulantes e Não Circulantes	-4.114	-4.522	-5.322
6.01.02.06	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-893	-627	0
6.01.02.07	(Redução) Aumento de Tributos a Recolher	-69.458	128.040	39.852
6.01.02.08	Aumento (Redução) em Salários e Encargos Sociais	-601	236	816
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	630.346	368.427	6.771
6.02.02	Dividendos Recebido de Controlada	630.369	368.447	6.917
6.02.03	Adições no Imobilizado	-23	-20	-146
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-588.231	-324.017	-31.413
6.03.01	Pagamento de Dividendos e Juros s/ Capital Próprio	-586.728	-322.578	-30.000
6.03.02	Pagamento de Contratos de Arrendamento	-1.503	-1.439	-1.413
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.659	6.322	-25.606
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	43.056	36.734	62.340
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	21.397	43.056	36.734

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.775.670	23.525	3.720.278	0	121.309	9.640.782
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.775.670	23.525	3.720.278	0	121.309	9.640.782
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.340.824	-438.471	0	-1.779.295
5.04.11	Dividendos antecipados	0	0	0	-438.471	0	-438.471
5.04.12	Dividendos de curto e longo prazo	0	0	-1.340.824	0	0	-1.340.824
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.989.587	-122.938	3.866.649
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.989.587	0	3.989.587
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-122.938	-122.938
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada	0	0	0	0	-102.127	-102.127
5.05.02.07	Perda apurada na recompra de ações pela controlada	0	0	0	0	-20.811	-20.811
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.009.852	0	1.580.321	-3.551.116	-39.057	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.590.173	-3.590.173	0	0
5.06.05	Aumento de Capital com Reservas	2.009.852	0	-2.009.852	0	0	0
5.06.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada	0	0	0	39.057	-39.057	0
5.07	Saldos Finais	7.785.522	23.525	3.959.775	0	-40.686	11.728.136

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.775.670	23.525	7.462.497	0	532.128	12.793.820
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.775.670	23.525	7.462.497	0	532.128	12.793.820
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-657.327	0	-657.327
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-657.327	0	-657.327
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.111.606	-384.105	-2.495.711
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.111.606	0	-2.111.606
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-384.105	-384.105
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício reflexa de controlada	0	0	0	0	-32.678	-32.678
5.05.02.08	Perda apurada na recompra de ações pela controlada	0	0	0	0	-351.427	-351.427
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.000.000	0	-3.742.219	2.768.933	-26.714	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	95.421	-95.421	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízos com Reservas	0	0	-2.837.640	2.837.640	0	0
5.06.05	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	26.714	-26.714	0
5.06.06	Aumento de capital com reservas	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.775.670	23.525	3.720.278	0	121.309	9.640.782

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.975.670	102.045	6.688.927	0	588.903	9.355.545
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.975.670	102.045	6.688.927	0	588.903	9.355.545
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-78.520	0	-409.503	0	-488.023
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-379.503	0	-379.503
5.04.08	Distribuição de dividendos antecipada	0	0	0	-30.000	0	-30.000
5.04.09	Perda apurada na recompra de ações pela controlada	0	-78.520	0	0	0	-78.520
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.949.227	-22.929	3.926.298
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.949.227	0	3.949.227
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.929	-22.929
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada	0	0	0	0	-22.929	-22.929
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.800.000	0	773.570	-3.539.724	-33.846	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.573.570	-3.573.570	0	0
5.06.05	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	33.846	-33.846	0
5.06.06	Aumento de Capital com Reservas	2.800.000	0	-2.800.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.775.670	23.525	7.462.497	0	532.128	12.793.820

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	42	6	148
7.01.02	Outras Receitas	42	6	148
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.064	-838	-1.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.064	-838	-1.384
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.022	-832	-1.236
7.04	Retenções	-1.088	-1.038	-989
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.088	-1.038	-989
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.110	-1.870	-2.225
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	3.997.897	-2.032.810	3.999.921
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.989.641	-2.037.585	3.992.769
7.06.02	Receitas Financeiras	8.355	4.877	6.963
7.06.03	Outros	-99	-102	189
7.06.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-99	-102	189
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.995.787	-2.034.680	3.997.696
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.995.787	-2.034.680	3.997.696
7.08.01	Pessoal	4.105	3.641	5.470
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.078	1.517	3.442
7.08.01.02	Benefícios	1.552	1.562	1.520
7.08.01.03	F.G.T.S.	475	562	508
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.492	72.614	42.367
7.08.02.01	Federais	1.283	72.409	42.170
7.08.02.03	Municipais	209	205	197
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	603	671	632
7.08.03.03	Outras	603	671	632
7.08.03.03.03	Juros provisionados, Aluguéis e Outros	93	97	139
7.08.03.03.04	Despesas Financeiras	510	574	493
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.989.587	-2.111.606	3.949.227
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	379.503

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.04.02	Dividendos	438.471	0	30.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.551.116	-2.111.606	3.539.724

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	167.979.969	166.106.723	143.655.023
1.01	Ativo Circulante	43.904.580	42.346.172	38.624.387
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.206.854	9.067.796	8.392.148
1.01.02	Aplicações Financeiras	9.932.774	12.971.547	12.823.886
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	9.932.774	12.971.547	12.823.886
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	9.932.774	12.971.547	12.823.886
1.01.03	Contas a Receber	6.560.607	9.132.860	6.849.190
1.01.03.01	Clientes	6.560.607	9.132.860	6.849.190
1.01.04	Estoques	8.155.847	7.962.324	5.947.243
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.556.466	1.223.271	896.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.556.466	1.223.271	896.081
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	669.381	294.270	366.497
1.01.06.01.02	Demais Impostos a Recuperar	887.085	929.001	529.584
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.492.032	1.988.374	3.715.839
1.01.08.03	Outros	2.492.032	1.988.374	3.715.839
1.01.08.03.01	Ganhos Não Realizados em Operações com Derivativos	1.556.978	1.006.427	2.676.526
1.01.08.03.02	Outras Contas a Receber	858.236	889.814	925.570
1.01.08.03.03	Adiantamentos a Fornecedores	76.818	92.133	113.743
1.02	Ativo Não Circulante	124.075.389	123.760.551	105.030.636
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	40.276.765	37.868.615	25.182.725
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	319.680	391.964	443.400
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	319.680	391.964	443.400
1.02.01.04	Contas a Receber	0	0	2
1.02.01.04.01	Clientes	0	0	2
1.02.01.06	Ativos Biológicos	26.097.164	22.283.001	18.278.582
1.02.01.07	Tributos Diferidos	1.505.303	7.985.402	546.701
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.505.303	7.985.402	546.701
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	335	13	35

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	335	13	35
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.354.283	7.208.235	5.914.005
1.02.01.10.03	Demais Impostos a Recuperar	945.699	1.179.125	1.373.647
1.02.01.10.04	Ganhos em Operações com Derivativos	8.014.683	2.880.673	1.753.928
1.02.01.10.06	Adiantamentos a Fornecedores	2.788.262	2.503.537	2.242.229
1.02.01.10.07	Depósitos Judiciais	418.328	488.020	361.738
1.02.01.10.08	Outras Contas a Receber	187.311	156.880	182.463
1.02.02	Investimentos	1.196.556	1.818.610	607.997
1.02.02.01	Participações Societárias	1.196.556	1.818.610	607.997
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	293.696	680.544	584.391
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	902.860	1.138.066	23.606
1.02.03	Imobilizado	69.631.376	70.171.023	64.490.829
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	61.531.855	61.476.021	41.804.527
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	5.334.722	5.184.467	5.201.193
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2.764.799	3.510.535	17.485.109
1.02.04	Intangível	12.970.692	13.902.303	14.749.085
1.02.04.01	Intangíveis	12.970.692	13.902.303	14.749.085
1.02.04.01.02	Ágio	8.187.242	8.187.242	8.187.242
1.02.04.01.03	Demais Ativos Intangíveis	4.783.450	5.715.061	6.561.843

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	167.979.969	166.106.723	143.655.023
2.01	Passivo Circulante	13.776.860	24.580.505	14.800.142
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.136.563	1.237.411	771.102
2.01.01.01	Obrigações Sociais	116.278	109.376	86.086
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.020.285	1.128.035	685.016
2.01.02	Fornecedores	5.141.386	6.033.285	5.572.219
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.065.796	4.682.522	3.947.208
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.075.590	1.350.763	1.625.011
2.01.03	Obrigações Fiscais	458.454	532.049	483.914
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	335.515	402.199	391.704
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	218.238	119.265	221.147
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais Federais	117.277	282.934	170.557
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	88.940	96.267	65.389
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	33.999	33.583	26.821
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.004.905	10.501.387	4.758.247
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.877.658	10.380.456	4.691.711
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.006.959	773.029	1.088.637
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.870.699	9.607.427	3.603.074
2.01.04.02	Debêntures	127.247	120.931	66.536
2.01.05	Outras Obrigações	4.035.552	6.276.373	3.214.660
2.01.05.02	Outros	4.035.552	6.276.373	3.214.660
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.391.448	2.129.278	1.275.597
2.01.05.02.04	Perdas não realizadas em Operações com Derivativos	1.205.029	2.760.273	578.763
2.01.05.02.05	Compromissos com Aquisição de Ativos	17.719	21.166	93.405
2.01.05.02.06	Contas a Pagar	430.028	347.281	340.246
2.01.05.02.07	Adiantamentos de Clientes	132.408	145.200	172.437
2.01.05.02.09	Contas a pagar com operações com arrendamento	858.920	873.175	754.212
2.02	Passivo Não Circulante	111.554.342	109.046.659	83.993.169

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	91.796.352	90.934.144	72.414.445
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	82.616.953	81.195.528	64.052.238
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	14.130.296	7.798.040	6.350.639
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	68.486.657	73.397.488	57.701.599
2.02.01.02	Debêntures	9.179.399	9.738.616	8.362.207
2.02.02	Outras Obrigações	15.807.287	14.014.055	7.528.540
2.02.02.02	Outros	15.807.287	14.014.055	7.528.540
2.02.02.02.03	Perdas não realizadas em Operações com Derivativos	8.136.320	7.694.547	1.857.309
2.02.02.02.04	Compromissos com Aquisição de Ativos	77.121	99.324	93.782
2.02.02.02.05	Contas a Pagar	178.684	116.295	83.093
2.02.02.02.06	Contas a pagar de arrendamento	6.074.338	6.103.889	5.494.356
2.02.02.02.07	Dividendos á pagar	1.340.824	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	0	12.596	11.377
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	12.596	11.377
2.02.04	Provisões	3.950.703	4.085.864	4.038.807
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.801.738	2.926.750	2.860.436
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.270.733	2.468.943	2.469.942
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	234.024	262.330	266.753
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	296.981	195.477	123.741
2.02.04.02	Outras Provisões	1.148.965	1.159.114	1.178.371
2.02.04.02.04	Provisão para Passivos Atuariais	741.143	721.560	833.683
2.02.04.02.05	Plano de Remuneração Baseado em Ações e Outros	333.107	362.839	269.973
2.02.04.02.06	Adiantamento de clientes	74.715	74.715	74.715
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	42.648.767	32.479.559	44.861.712
2.03.01	Capital Social Realizado	7.785.522	5.775.670	4.775.670
2.03.02	Reservas de Capital	23.525	23.525	23.525
2.03.02.09	Ganho na Variação de Participação em Controlada	23.525	23.525	23.525
2.03.04	Reservas de Lucros	3.959.775	3.720.278	7.462.497

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.03.04.01	Reserva Legal	199.480	483.458	483.458
2.03.04.02	Reserva Estatutária	283.378	606.404	606.404
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	433.418	369.600	274.179
2.03.04.10	Reserva para Aumento de Capital	2.550.397	919.992	4.757.632
2.03.04.13	Lucros á realizar	493.102	1.340.824	1.340.824
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-40.686	121.309	532.128
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	30.920.631	22.838.777	32.067.892

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	50.116.256	47.405.389	39.760.439
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-33.890.317	-27.402.515	-25.078.509
3.03	Resultado Bruto	16.225.939	20.002.874	14.681.930
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.579.039	-4.316.650	-2.469.359
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.312.740	-2.938.547	-2.596.377
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.792.004	-2.627.134	-1.930.085
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.574.840	1.574.940	2.575.354
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-639.870	-311.985	-498.848
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-409.265	-13.924	-19.403
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.646.900	15.686.224	12.212.571
3.06	Resultado Financeiro	9.770.550	-28.841.246	5.748.948
3.06.01	Receitas Financeiras	16.654.649	1.767.507	10.448.166
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.884.099	-30.608.753	-4.699.218
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	20.417.450	-13.155.022	17.961.519
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.973.678	6.062.767	-3.892.971
3.08.01	Corrente	-518.472	-1.369.078	-397.732
3.08.02	Diferido	-6.455.206	7.431.845	-3.495.239
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	13.443.772	-7.092.255	14.068.548
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	13.443.772	-7.092.255	14.068.548
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.989.587	-2.111.606	3.949.227
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.454.185	-4.980.649	10.119.321
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	5,36134	-2,83765	6,48418
3.99.01.02	PNA	5,89747	-3,12141	7,1326
3.99.01.03	PNB	5,89747	-3,12141	7,1326
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	5,34833	-2,83765	6,48418

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99.02.02	PNA	5,88316	-3,12141	7,1326
3.99.02.03	PNB	5,88316	-3,12141	7,1326

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	13.443.772	-7.092.255	14.068.548
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-343.918	-109.862	-80.515
4.02.01	Efeito Cambial na Conversão das Demonstrações Financeiras e Realização de Variação Cambial de Contr	-105.405	163.185	5.178
4.02.02	Ganho (Perda) Atuarial de Benefícios Pós Emprego da Controlada Direta	8.769	132.344	-128.047
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Ganho (Perda) Atuarial de Controlada	-2.981	-44.997	43.536
4.02.04	Efeito do Valor Justo de Investimentos em Instrumentos Patrimoniais Mensurados ao Valor Justo por Me	-220.314	-362.544	-1.311
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Valor Justo do Investimento	629	-1.434	446
4.02.06	Ganho (Perda) Atuarial de Benefícios pós Emprego das Controladas Indiretas	-1.455	5.430	-480
4.02.07	Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Ganho (Perda) Atuarial	495	-1.846	163
4.02.08	Realização da variação cambial de investimento no exterior	-23.656	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	13.099.854	-7.202.117	13.988.033
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.887.460	-2.144.284	3.926.298
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	9.212.394	-5.057.833	10.061.735

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	18.088.228	20.567.711	17.325.413
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.595.476	22.671.943	18.122.231
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	13.443.772	-7.092.255	14.068.548
6.01.01.02	Depreciação, Exaustão e Amortização	11.298.347	9.225.034	7.322.100
6.01.01.03	Apropriação de Encargos Financeiros de Arrendamento	468.288	451.634	442.060
6.01.01.04	Resultado na Alienação e Baixa de Ativos Imobilizados e Biológicos, Líquidos	475.267	163.033	331.285
6.01.01.05	Resultado de Equivalência Patrimonial	409.265	13.924	19.403
6.01.01.06	Variações cambiais e monetárias, líquidas	-7.550.610	15.884.993	-3.087.727
6.01.01.07	Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas	5.952.449	5.412.703	4.796.992
6.01.01.08	Premio sobre liquidações antecipadas	110.060	0	0
6.01.01.09	Custos de empréstimos capitlizados	-274.731	-959.968	-1.160.364
6.01.01.10	Rendimento sobre aplicações financeiras	-1.029.877	-1.254.424	-1.352.522
6.01.01.11	Amortização do custo de transação, ágio e deságio	101.926	80.099	67.353
6.01.01.12	Perdas (ganhos) com derivativos	-7.328.684	9.112.683	-5.526.714
6.01.01.13	Atualização do valor justo dos ativos biológicos	-1.516.458	-1.431.530	-1.989.831
6.01.01.14	Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.455.206	-7.431.845	3.495.239
6.01.01.16	Juros e custos sobre passivo atuarial	79.287	75.850	69.231
6.01.01.17	Provisão de passivos judiciais, líquido	-49.754	138.291	139.961
6.01.01.18	Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e estoques, líquidos	261.052	79.938	66.621
6.01.01.19	Provisão para perdas de créditos do ICMS, líquido	193.152	130.727	348.628
6.01.01.20	Outras	97.519	73.056	71.968
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.222.716	1.044.072	2.398.984
6.01.02.01	Contas a receber de Clientes	1.586.613	-808.048	2.162.452
6.01.02.02	Estoques	-216.357	-863.353	-48.040
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	-407.218	-187.877	-665.832
6.01.02.04	Outros ativos	263.990	-18.369	328.882
6.01.02.05	Fornecedores	6.630	2.164.832	463.003
6.01.02.06	Tributos á recolher	314.698	424.043	369.552

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	-92.090	365.060	73.917
6.01.02.08	Outros passivos	-233.550	-32.216	-284.950
6.01.03	Outros	-4.729.964	-3.148.304	-3.195.802
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-5.817.907	-5.241.389	-4.728.998
6.01.03.02	Prêmio sobre liquidações antecipadas	-110.060	0	0
6.01.03.03	Juros recebidos sobre aplicações financeiras	1.213.789	1.500.437	681.268
6.01.03.04	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-290.517	-367.320	-308.436
6.01.03.05	Custos de empréstimos capitalizados pagos	274.731	959.968	1.160.364
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-9.832.795	-20.512.761	-26.035.443
6.02.01	Adições no Imobilizado	-4.578.849	-9.190.609	-11.674.329
6.02.02	Adições de Intangível	-82.492	-162.042	-104.931
6.02.03	Adições de ativos biológicos	-7.913.483	-7.180.450	-5.777.952
6.02.04	Recebimentos por Venda de Ativos Imobilizado e Biológico	122.729	167.983	183.576
6.02.05	Aumento de capital	-22.024	-41.281	-48.462
6.02.06	Aplicações financeiras liquidas	2.941.921	205.954	-5.296.370
6.02.07	Adiantamento para aquisição de madeira de operações com fomento e parcerias	-300.040	-294.952	-690.908
6.02.08	Aquisição de controlada	0	0	-1.060.718
6.02.09	Dividendos recebidos	8.835	0	44.789
6.02.12	Caixa Líquido de aquisição / incorporação de controladas	0	19.113	5.002
6.02.13	Aquisição de Ativos	0	-2.595.974	-1.615.140
6.02.14	Aquisição de outros investimentos	-9.392	-1.440.503	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.777.489	-44.328	7.767.356
6.03.01	Empréstimos, financiamentos e debêntures captados	23.871.760	15.692.905	10.944.794
6.03.02	Recebimento (pagamento) de operações com derivativos	530.655	-550.581	3.559.286
6.03.03	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-22.353.325	-9.410.807	-4.296.447
6.03.04	Pagamento de contrato de arrendamentos	-1.449.476	-1.326.837	-1.219.812
6.03.05	Pagamento de dividendos e JSCP	-2.164.517	-1.583.777	-222.627
6.03.07	Pagamento de aquisição de ativos e controladas	-20.668	-58.467	-116.924

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.03.10	Recompra de ações	-191.918	-2.806.764	-880.914
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-338.886	665.026	-239.125
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.139.058	675.648	-1.181.799
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9.067.796	8.392.148	9.573.947
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.206.854	9.067.796	8.392.148

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.775.670	23.525	3.720.278	0	121.309	9.640.782	22.838.777	32.479.559
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.775.670	23.525	3.720.278	0	121.309	9.640.782	22.838.777	32.479.559
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.340.824	-438.471	0	-1.779.295	-979.405	-2.758.700
5.04.14	Dividendos de curto e longo prazo	0	0	-1.340.824	0	0	-1.340.824	0	-1.340.824
5.04.15	Dividendos antecipados	0	0	0	-438.471	0	-438.471	0	-438.471
5.04.16	Reversão de dividendos prescritos	0	0	0	0	0	0	399	399
5.04.17	Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada	0	0	0	0	0	0	14.416	14.416
5.04.18	Redução de capital de controlada	0	0	0	0	0	0	-61	-61
5.04.19	Dividendos de controlada	0	0	0	0	0	0	-988.784	-988.784
5.04.20	Transação com acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-5.375	-5.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.989.587	-122.938	3.866.649	9.061.259	12.927.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.989.587	0	3.989.587	9.454.185	13.443.772
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-122.938	-122.938	-392.926	-515.864
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada	0	0	0	0	-102.127	-102.127	-241.791	-343.918
5.05.02.07	Perda apurada na recompra de ações pela controlada	0	0	0	0	-20.811	-20.811	-151.135	-171.946
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.009.852	0	1.580.321	-3.551.116	-39.057	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.590.173	-3.590.173	0	0	0	0
5.06.05	Aumento de capital com reservas	2.009.852	0	-2.009.852	0	0	0	0	0
5.06.06	Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada	0	0	0	39.057	-39.057	0	0	0
5.07	Saldos Finais	7.785.522	23.525	3.959.775	0	-40.686	11.728.136	30.920.631	42.648.767

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.775.670	23.525	7.462.497	0	532.128	12.793.820	32.067.892	44.861.712
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.775.670	23.525	7.462.497	0	532.128	12.793.820	32.067.892	44.861.712
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-657.327	0	-657.327	-1.715.946	-2.373.273
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-657.327	0	-657.327	-1.758.393	-2.415.720
5.04.08	Participação dos não controladores proveniente de combinação de negocio	0	0	0	0	0	0	-15.716	-15.716
5.04.10	Reversão de dividendos prescritos	0	0	0	0	0	0	914	914
5.04.11	Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada	0	0	0	0	0	0	57.306	57.306
5.04.12	Dividendos complementares de controlada	0	0	0	0	0	0	-57	-57
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.111.606	-384.105	-2.495.711	-7.513.169	-10.008.880
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.111.606	0	-2.111.606	-4.980.649	-7.092.255
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-384.105	-384.105	-2.532.520	-2.916.625
5.05.02.06	Resultado abrangente do exercício reflexa da controlada	0	0	0	0	-32.678	-32.678	-77.184	-109.862
5.05.02.07	Perda apurada na recompra de ações pela controlada	0	0	0	0	-351.427	-351.427	-2.455.336	-2.806.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	1.000.000	0	-3.742.219	2.768.933	-26.714	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	95.421	-95.421	0	0	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízos com reservas	0	0	-2.837.640	2.837.640	0	0	0	0
5.06.06	Aumento de capital com reservas	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0	0	0
5.06.07	Realização do ajuste de Avaliação Patrimonial de controlada	0	0	0	26.714	-26.714	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.775.670	23.525	3.720.278	0	121.309	9.640.782	22.838.777	32.479.559

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.975.670	102.045	6.688.927	0	588.903	9.355.545	23.884.359	33.239.904
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.975.670	102.045	6.688.927	0	588.903	9.355.545	23.884.359	33.239.904
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-78.520	0	-409.503	0	-488.023	-1.878.202	-2.366.225
5.04.11	Dividendos Complementares de controlada	0	0	0	0	0	0	-94	-94
5.04.12	Distribuição Dividendos Antecipada	0	0	0	-30.000	0	-30.000	0	-30.000
5.04.13	Juros sobre capital próprio	0	0	0	-379.503	0	-379.503	-1.072.329	-1.451.832
5.04.14	Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio	0	0	0	0	0	0	-9.336	-9.336
5.04.15	Opções de ações outorgadas reconhecidas por controlada	0	0	0	0	0	0	5.959	5.959
5.04.16	Perda apurada na recompra de ações pela controlada	0	-78.520	0	0	0	-78.520	-802.402	-880.922
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.949.227	-22.929	3.926.298	10.061.735	13.988.033
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.949.227	0	3.949.227	10.119.321	14.068.548
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-22.929	-22.929	-57.586	-80.515
5.05.02.06	Resultado Abrangente do exercício reflexa da controlada	0	0	0	0	-22.929	-22.929	-57.586	-80.515
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	2.800.000	0	773.570	-3.539.724	-33.846	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.573.570	-3.573.570	0	0	0	0
5.06.04	Realização do ajuste de avaliação patrimonial de controlada	0	0	0	33.846	-33.846	0	0	0
5.06.06	Aumento de capital com reservas	2.800.000	0	-2.800.000	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	4.775.670	23.525	7.462.497	0	532.128	12.793.820	32.067.892	44.861.712

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	58.127.510	59.197.990	53.114.387
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	52.426.286	49.848.185	41.924.435
7.01.02	Outras Receitas	1.940.371	1.861.628	483.036
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	3.880.270	7.490.762	10.742.118
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-119.417	-2.585	-35.202
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.039.868	-29.055.194	-29.160.598
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-21.373.085	-17.525.511	-16.909.029
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.089.020	-11.315.155	-11.871.522
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-577.763	-214.528	-380.047
7.03	Valor Adicionado Bruto	28.087.642	30.142.796	23.953.789
7.04	Retenções	-11.298.347	-9.225.034	-7.322.100
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11.298.347	-9.225.034	-7.322.100
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	16.789.295	20.917.762	16.631.689
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.670.496	15.070.744	13.103.012
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-409.265	-13.924	-19.403
7.06.02	Receitas Financeiras	21.534.967	7.652.823	16.617.654
7.06.03	Outros	-6.455.206	7.431.845	-3.495.239
7.06.03.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.455.206	7.431.845	-3.495.239
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	31.459.791	35.988.506	29.734.701
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	31.459.791	35.988.506	29.734.701
7.08.01	Pessoal	5.546.051	4.687.862	3.698.299
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.271.834	3.661.513	2.844.919
7.08.01.02	Benefícios	1.076.263	847.686	697.445
7.08.01.03	F.G.T.S.	197.954	178.663	155.935
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	527.486	1.808.360	951.633
7.08.02.01	Federais	58.164	1.152.157	455.121
7.08.02.02	Estaduais	398.921	588.481	438.156
7.08.02.03	Municipais	70.401	67.722	58.356

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.942.482	36.584.539	11.016.221
7.08.03.01	Juros	6.884.097	5.542.477	4.659.655
7.08.03.02	Aluguéis	252.729	207.232	187.387
7.08.03.03	Outras	4.805.656	30.834.830	6.169.179
7.08.03.03.01	Variações Monetárias Passivas	2.100.579	19.052.753	1.546.163
7.08.03.03.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	2.705.077	11.782.077	4.623.016
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	13.443.772	-7.092.255	14.068.548
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	379.503
7.08.04.02	Dividendos	438.471	0	30.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.551.116	-2.111.606	3.539.724
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	9.454.185	-4.980.649	10.119.321

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Relatório da Administração da Suzano Holding S.A.**

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Suzano Holding S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando que o patrimônio líquido da Suzano Holding S.A. está quase que exclusivamente investido na controlada Suzano S.A., suas demonstrações contábeis refletem substancialmente essa participação. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no Relatório da Administração dessa controlada.

RESULTADOS

O lucro da Suzano Holding S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.989.587 mil, em comparação ao prejuízo de R\$ 2.111.606 mil apurado no exercício anterior. O principal fator que contribuiu para o lucro do exercício, e para o prejuízo do exercício anterior, foi o resultado da equivalência patrimonial apurado sobre o investimento detido na controlada Suzano S.A.

(em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Equivalência patrimonial	3.989.641	(2.037.585)
Despesas operacionais, líquidas	(7.329)	(6.348)
Resultado financeiro líquido	7.464	(64.514)
Imposto de renda e contribuição social	(189)	(3.159)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>3.989.587</u>	<u>(2.111.606)</u>
Abertura da equivalência patrimonial por controlada		
Suzano S.A.	3.989.768	(2.039.673)
Premesa S.A.	(127)	2.088
	<u>3.989.641</u>	<u>(2.037.585)</u>

Auditoria e controles internos

Os auditores externos apresentam suas avaliações sobre resultados, práticas contábeis e controles internos diretamente aos membros do Conselho de Administração.

Em atendimento à Instrução CVM 480/09, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2025, que não seja de auditoria externa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding" ou "Companhia") é uma holding controladora da Suzano S.A., designada a seguir como "Suzano" que tem como objeto a fabricação e comercialização, no país e no exterior, de celulose de fibra curta de eucalipto, papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size), bobinas de papéis e papéis para fins sanitários (bens de consumo – tissue), para atendimento ao mercado interno e externo, além da exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, operação de terminais portuários, participação como sócia ou acionista de qualquer outra sociedade ou empreendimento, e a geração de energia elétrica no processo produtivo da celulose e a sua comercialização. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. ("Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3 e American Depositary Receipts ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange - "NYSE") sob o ticker SUZ.

A Suzano possui 16 unidades industriais, sendo 14 unidades no Brasil localizadas nas cidades de Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis e Mucuri (Bahia), Maracanaú (Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Mogi das Cruzes e duas unidades em Suzano (São Paulo), Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo (Mato Grosso do Sul) e duas unidades nos Estados Unidos localizadas nas cidades de Pine Bluff (Arkansas) e Waynesville (Carolina do Norte). Adicionalmente, possui seis centros de tecnologia, sendo quatro localizados no Brasil, um na China e um em Israel, 29 centros de distribuição e quatro portos no Brasil. No exterior, a estrutura é composta por aproximadamente 73 terminais, distribuídos entre Ásia, Europa, Estados Unidos, Equador e Argentina.

A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada por meio de vendas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas e/ou escritórios de representação localizados na Argentina, Áustria, China, Equador, Estados Unidos da América e Singapura.

A Companhia também controla a Premesa S.A., que possui atividade imobiliária.

A sede social da Companhia está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1.1 Participações societárias

A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	País	Tipo de participação	% de participação	
			31/12/2025	31/12/2024
Suzano S.A.	Brasil	Direta	29,74%	29,66%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Ltd.	Inglaterra	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Delaware Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Israel Ltda.	Israel	Indireta	100,00%	100,00%
FuturaGene Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Itacel – Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Mucuri Energética S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Paineiras Logística e Transportes Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Portocel – Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Brasil	Indireta	51,00%	51,00%
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
SFBC Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Argentina S.A.U	Argentina	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Austria GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Canada Inc.	Canadá	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Ecuador S.A.S.	Equador	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Finland Oy (3)	Finlândia	Indireta		100,00%
Suzano International Finance B.V	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Holding B.V.	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano International Trade GmbH.	Áustria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Packaging LLC	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Material Technology Development Ltda.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Netherlands B.V.	Holanda	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Operações Industriais e Florestais S.A.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Suíça	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Ltda.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Shanghai Trading Ltda.	China	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Singapore Pte. Ltda.	Singapura	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Trading International KFT	Hungria	Indireta	100,00%	100,00%
Suzano Ventures LLC	Estados Unidos da América	Indireta	100,00%	100,00%
Veracel Celulose S.A.	Brasil	Indireta	50,00%	50,00%
Allotrope Energy Ltd (2)	Inglaterra	Indireta	20,00%	
Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Brasil	Indireta	16,66%	16,66%
Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda. (1)	Brasil	Indireta	8,33%	
Ensyn Corporation (4)	Estados Unidos da América	Indireta		24,80%
F&E Technologies LLC (5)	Estados Unidos da América	Indireta		50,00%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Brasil	Indireta	49,90%	49,90%
Simplifyber, Inc.	Estados Unidos da América	Indireta	14,20%	13,91%
Spinnova Plc. ("Spinnova")	Finlândia	Indireta	18,76%	18,77%
Woodspin Oy ("Woodspin") (3)	Finlândia	Indireta	18,76%	50,00%
Spinnova Refining Oy (3)	Finlândia	Indireta	18,76%	
Bem Agro Integração e Desenvolvimento S.A.	Brasil	Indireta	5,82%	5,82%
Celluforce Inc.	Canadá	Indireta	8,28%	8,28%
Lenzing Aktiengesellschaft	Áustria	Indireta	15,00%	15,00%
Nfinite Nanotechnology Inc.	Canadá		4,90%	5,00%
Premesa S.A.	Brasil	Direta	98,65%	98,65%
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	Brasil	Indireta	100,00%	100,00%

(1) Em 24 de setembro de 2025, a Biomass Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. reduziu sua participação na Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono Ltda. de 100% para 50%, mantendo-se como investida indireta da Suzano.

(2) Em 30 de setembro de 2025, conforme previsto no Advance Subscription Agreement (ASA) celebrado em dezembro de 2022, o investimento realizado por meio da Suzano Ventures na Allotrope Energy Ltd, mantida de forma indireta pela Suzano., foi convertido em ações preferenciais, correspondendo a 20% do capital social da investida.

(3) Em 03 de outubro de 2025, foi concluída a transação com a Spinnova Plc, com a transferência da participação da Suzano na Woodspin Oy e na Suzano Finland Oy. Após a operação, a Suzano Finland Oy passou a se chamar Spinnova Refining Oy, e a Spinnova passou a deter 100% de ambas as entidades. A Suzano, por sua vez, manteve participação indireta nessas sociedades.

(4) Em 26 de novembro de 2025, a Suzano alienou a totalidade de sua participação na Ensyn Corporation.

(5) Em 29 de dezembro de 2025, a Suzano concluiu a liquidação da F&E Technologies LLC.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício

1.2.1 Aquisição de participação em negócio global de tissue

Em 5 de junho de 2025, a Suzano comunicou ao mercado que, por meio de sua subsidiária integral Suzano International Holding B.V., celebrou contrato de compra e venda de participação societária e ativos (*Equity and Asset Purchase Agreement*) com a Kimberly-Clark Corporation ("K-C"), visando à aquisição de 51% do capital social de uma nova sociedade constituída na Holanda ("Sociedade Alvo").

A operação contempla a aquisição de ativos e negócios relacionados à fabricação, marketing, distribuição e venda de produtos tissue em determinadas jurisdições nas Américas, Europa, Ásia, África e Oceania. Estão incluídas 22 unidades fabris localizadas em 14 países, além da transferência de determinadas marcas regionais e do licenciamento, sem royalties, de marcas globais da K-C à Sociedade Alvo nas regiões contempladas.

A Kimberly-Clark permanecerá como titular dos 49% remanescentes da Sociedade Alvo. A operação prevê, ainda, uma opção de compra outorgada à Suzano para aquisição da participação remanescente da K-C, exercível a partir do terceiro aniversário do fechamento, ou, em determinadas situações, antes desse prazo.

O preço de aquisição acordado para os 51% é de US\$1,734 bilhão (equivalentes a R\$9,541 bilhões) a ser pago em dinheiro, à vista, na data de fechamento da operação, sujeito aos ajustes usuais em transações dessa natureza. O fechamento está condicionado à verificação de condições precedentes, incluindo aprovações regulatórias e reestruturações societárias locais, e é esperado para ocorrer em meados de 2026.

Nos termos do CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios, a Suzano avaliará, na data de fechamento, a forma de contabilização da transação, considerando seu escopo final e os ativos efetivamente transferidos à Sociedade Alvo.

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, a operação não gerou efeitos contábeis nas demonstrações financeiras da Companhia.

1.2.2. Aumento de capital social da Suzano

Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Suzano, no valor de R\$5.000.000, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, integralizado mediante a capitalização do saldo da Reserva para Aumento de Capital no montante de R\$2.807.632 e parte do saldo da Reserva de Investimentos no montante de R\$2.192.368, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

1.2.3. Dividendos Intercalares da Suzano

Em 10 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intercalares pela Suzano, no montante total de R\$1.380.000, à razão de R\$1,11658725 por ação, com pagamento realizado em 4 de fevereiro de 2026. Os dividendos foram apurados com base no balanço encerrado em 30 de setembro de 2025 e foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1.2.4. Dividendos Intercalares da Companhia

Em 11 de dezembro de 2025, a Diretoria aprovou a distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R\$ 28.000, a razão de R\$ 0,03831069144 por ação ordinária e R\$ 0,04214176058 por ação preferencial de classe A e classe B. Os dividendos foram apurados com base no balanço encerrado em 30 de junho de 2025 e foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Em 16 de dezembro de 2025, a Diretoria aprovou uma nova distribuição de dividendos intercalares pela Companhia, no montante total de R\$ 410.471, a razão de R\$ 0,56162275006 por ação ordinária e R\$ 0,61778502507 por ação preferencial de classe A e classe B. Os dividendos foram apurados com base no balanço encerrado em 30 de junho de 2025 e foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

1.2.5. Dividendos da Companhia

Em 19 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 1.340.824, com base na Reserva de Lucros a Realizar, conforme balanço de 31 de dezembro de 2024, a razão de R\$ 1,83456766213 por ação ordinária e R\$ 2,01802442834 por ação preferencial de classe A e classe B.

Os dividendos terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia nesta data, sendo que, a partir de 22 de dezembro 2025 as ações serão negociadas ex-dividendos. Os dividendos serão pagos em três parcelas anuais, em dezembro de 2026, 2027 e 2028. Esses dividendos são isentos de Imposto de Renda, conforme legislação vigente na presente data.

1.2.6. Aumento de Capital Social da Companhia

Em 19 de dezembro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do capital social no valor de R\$ 2.009.852, com emissão de 411.127.775 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 178.390.693 ações ordinárias, 163.029.165 ações preferenciais classe A e 69.707.917 ações preferenciais classe B, mediante a capitalização de R\$ 483.458 da Reserva Legal, R\$ 919.992 da Reserva Especial para Futuro Aumento de Capital e R\$ 606.402 da Reserva Estatutária, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations), e evidenciam todas as

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia estão expressas em milhares de Reais ("R\$") e as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares, exceto se expresso de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo a divulgação dos passivos contingentes assumidos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. As práticas contábeis que requerem maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais estimativas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.19.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para as normas contábeis IFRS e CPCs, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo;
- (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e
- (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo.

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

2.1 Reapresentação das cifras comparativas

Em 31 de dezembro de 2025, o ganho de variação no valor justo de ativos biológicos da Suzano no montante de R\$ 1.516.458 (R\$ 1.431.530 em 31 de dezembro de 2024) passou a ser apresentado em "Outras receitas" no grupo de Receitas na DVA ao invés de ser apresentada em "Materiais, energia, serviços de terceiros e outros" no grupo de Insumos Adquiridos de Terceiros e portanto, as cifras comparativas foram reapresentadas.

3 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora.

Não houve mudança de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculos de estimativas, exceto pelas novas políticas contábeis apresentadas na nota 3.1, adotadas a partir de 1º de janeiro de 2025.

3.1 Novas políticas contábeis e mudanças nas políticas contábeis

As novas normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.1.1 Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)

As alterações criarão requerimentos para que a entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas.

Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado fim, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia:

- (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira;
- (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e
- (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis.

A Companhia e a Suzano avaliaram o conteúdo deste pronunciamento e não identificaram impactos.

3.2 Políticas contábeis adotadas

As normas e interpretações emitidas, até a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir.

3.2.1 Demonstrações financeiras

3.2.1.1 Demonstrações financeiras individuais

Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações dos ativos líquidos das investidas. Os investimentos em operações controladas em conjunto são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora.

3.2.1.2 Demonstrações financeiras consolidadas

São elaboradas utilizando informações da Suzano na mesma data-base, exceto a controlada Suzano Packaging e as coligadas Biomas e Simplifyber que possuem defasagem inferior a três meses em relação à data-base das referidas demonstrações financeiras, conforme as disposições do CPC 18/IAS 28. A Suzano avalia os efeitos da defasagem e reflete os impactos de eventos relevantes no resultado consolidado. Em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas operações significativas que alterem a posição financeira reportada nos relatórios financeiros.

Em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía o investimento na coligada Spinnova, no montante de R\$54.393, representando 18,76% do patrimônio líquido da referida coligada. Até a data de emissão

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

deste relatório, as últimas demonstrações financeiras publicadas para esse investimento apresentavam defasagem superior a três meses. Nessas circunstâncias, o investimento é mensurado com base na última informação disponível, sendo realizados os ajustes necessários em decorrência dos efeitos de transações e eventos significativos, os quais não têm efeito relevante sobre o resultado consolidado.

A Suzano consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Quando aplicável, a participação dos acionistas não controladores é destacada.

Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Companhia e suas controladas, coligadas e operações em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, líquidos dos efeitos tributários, os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial.

3.2.1.3 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. As normas contábeis IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição.

3.2.2 Investimentos

3.2.2.1 Investimentos em controladas

São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

3.2.2.2 Investimentos em operações em conjunto

São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relativas à atividade exigirem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2.2.3 Investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Nos investimentos em coligadas, a Companhia exerce influência significativa, que é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos empreendimentos controlados em conjunto há o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, no qual as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição.

3.2.2.4 Combinações de negócios

São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como redutores da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente.

Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição.

Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

Passivos contingentes relacionados a assuntos de natureza tributária, cível e trabalhista, classificados na adquirida como risco de perda possível e remoto, são reconhecidos na adquirente, pelos seus valores justos.

As transações de aquisição de investimentos em coligadas e com controle compartilhado são avaliadas conforme aplicam-se as orientações complementares do CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19/IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18/IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto para avaliação dos critérios de reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Para os investimentos definidos com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da adquirente no patrimônio líquido da adquirida a partir da data de aquisição.

Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) é mensurado e segregado do valor contábil do investimento. Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação adquirida pela Companhia, pela diferença entre os valores contábeis registrados na entidade negociada e seu valor justo apurado (mais valia dos ativos), os quais são passíveis de serem amortizados. O excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado na conta de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas.

3.2.3 Conversão das demonstrações para moeda funcional e de apresentação

A Companhia definiu que, para a controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. As controladas que são exceções e não possuem moeda funcional Real são:

- Suzano Packaging, controlada no exterior cuja moeda funcional é o Dólar;
- Simplifyber, coligada no exterior, cuja moeda funcional é o Dólar;
- Spinnova, coligada no exterior cuja moeda funcional é o Euro.

Os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão das demonstrações financeiras, são registrados em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas na moeda local em que a controlada opera e convertidas para a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

3.2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

São convertidas adotando-se os seguintes critérios:

- (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício;
- (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação;
- (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e
- (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício.

A variação cambial decorrente da conversão de investimento em moeda estrangeira, anteriormente reconhecida em outros resultados abrangentes, somente será transferida do patrimônio líquido para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação. A baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, de toda ou parte da operação.

3.2.5 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme o modelo de gestão vigente (nota 28).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo.

Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.

3.2.6 Instrumentos financeiros

3.2.6.1 Classificação

Os instrumentos financeiros são classificados com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são:

- (i) custo amortizado;
- (ii) valor justo por meio do resultado abrangente; e
- (iii) valor justo por meio do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, na data em que a Companhia e suas controladas se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

3.2.6.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido.

Anualmente, a Companhia e suas controladas avaliam se há evidência de que o ativo financeiro possa estar sujeito a perda por redução ao valor recuperável (impairment), sendo que é registrada, somente, após a verificação do resultado de um ou mais eventos ocorridos posteriormente ao reconhecimento inicial e se impactar nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro que possa ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência de perda por redução ao valor recuperável (impairment) incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- (ii) evento de default no contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (iii) quando a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não receberia;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; e
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira.

O montante da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é mensurado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido e o valor da perda por redução ao valor recuperável (impairment) é reconhecido na demonstração de resultado.

Em mensuração subsequente, havendo uma melhora na classificação do ativo, como por exemplo, melhoria no nível de crédito do devedor, a perda por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida anteriormente, deve ser revertida na demonstração do resultado.

Caixa e equivalentes de Caixa

Compreende os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, cujos vencimentos originais, na data da aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores originados pelas transações de venda, registrados pelo valor nominal faturado na data da venda, no curso normal das atividades da Suzano.

A Suzano utiliza a matriz de provisões por vencimento com o agrupamento apropriado de sua carteira. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada.

A posição de vencimentos da carteira de clientes é analisada mensalmente e, para os clientes que apresentam saldos vencidos é efetuada uma avaliação específica de cada um, considerando o risco de perda envolvido, a existência de seguros contratados, cartas de crédito, garantias reais e situação financeira. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses esforços não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas e é registrada uma perda de crédito esperada em contrapartida à rubrica despesas com vendas na demonstração de resultado. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los.

Fornecedores e operações de risco sacado

Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Suzano.

As operações de risco sacado são disponibilizadas para que os fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina da Suzano. Nesta operação, as instituições financeiras pagam os

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

fornecedores que optaram pelo recebimento antecipado em troca de um desconto e, quando contratado entre às instituições financeiras e os fornecedores (a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores), a Suzano paga às instituições financeiras na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, estas operações não alteram os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente acordadas) e não afeta a Suzano com os encargos financeiros praticados pelas instituições financeiras. Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Suzano são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram os fluxos de caixa. Dessa forma, a Suzano continua reconhecendo os fornecedores que optaram pelo risco sacado nas atividades operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os custos de empréstimos e financiamentos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável de acordo com a política da Suzano, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultará em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. A Suzano não possui empréstimos específicos para obtenção de ativos qualificáveis. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.2.6.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São instrumentos financeiros mantidos pela Suzano (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Adicionalmente, são classificados nessa categoria os investimentos em instrumentos patrimoniais, no qual no reconhecimento inicial, a Suzano optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica do resultado financeiro, líquido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Para tais ativos financeiros, a Suzano avalia periodicamente reduções relevantes ou prolongadas no valor justo do título abaixo de seu custo, com o objetivo de identificar potencial deterioração e a perda por redução ao valor recuperável, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda reconhecida anteriormente em outros resultados abrangentes.

3.2.6.1.3 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas na rubrica de resultado financeiro, líquido, para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica resultado dos instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos de hedge são derivativos contratados exclusivamente visando proteção dos riscos financeiros da Suzano.

Os instrumentos financeiros derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separado quando seus riscos e características não estiverem

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

intrinsecamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Para os instrumentos financeiros derivativos embutidos que não possuam característica de opções, estes são separados do seu contrato principal de acordo com os seus termos substantivos expressos ou implícitos, para que o valor justo seja zero no reconhecimento inicial.

3.2.7 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquido dos tributos recuperáveis e seu valor líquido de realização.

O custo dos produtos acabados e em elaboração inclui matérias-primas, mão-de-obra, custo de produção, transporte e armazenagem e despesas gerais de produção, que estão relacionados a todos os processos necessários para a colocação dos produtos em condições de venda.

As importações em andamento são apresentadas pelo custo incorrido até a data do balanço.

O custo da madeira transferida da rubrica de ativos biológicos para estoques é mensurado ao valor justo mais os gastos com colheitas e frete.

Provisões para perda, ajustes a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoques de baixa movimentação são registrados quando necessário. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo mês, enquanto as perdas anormais, se houver, são registradas diretamente na rubrica de custo dos produtos vendidos sem transitar pelos estoques.

3.2.8 Ativos biológicos

Os ativos biológicos para produção (florestas maduras e imaturas) são florestas de eucalipto de reflorestamento, com ciclo de formação entre o plantio e a colheita de 6 (seis) a 7 (sete) anos, mensurados ao valor justo menos as despesas de vendas. A exaustão é mensurada pela quantidade de ativo biológico exaurido (colhido) e avaliado ao seu valor justo no momento da sua colheita.

Para a determinação do valor justo, foi aplicada a técnica da abordagem de receita ("income approach") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado, de acordo com o ciclo de produtividade projetado para estes ativos. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo são revistas semestralmente, pois a Suzano considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado contabilmente. As premissas significativas estão apresentadas na nota 13.

O ganho ou perda na avaliação do valor justo é reconhecido na rubrica receitas (despesas) operacionais, líquidas.

Os ativos biológicos em formação com idade inferior a 2 (dois) anos são mantidos contabilmente pelo seu custo de formação. As áreas de preservação ambiental permanente não são registradas contabilmente, por não se caracterizarem como ativos biológicos, e não são incluídos na mensuração ao valor justo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2.9 Imobilizado

Mensurado pelo custo de aquisição, formação, construção ou restauração, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Os custos de empréstimos e financiamentos são registrados como parte dos custos do imobilizado em andamento, considerando a taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, de empréstimos e financiamentos, vigente na data da capitalização de acordo com a política da Suzano.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação.

A Companhia e suas controladas realizam anualmente a análise de indícios de perda no valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo e são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação.

3.2.10 Arrendamento

Um contrato é ou contém um arrendamento se por meio dele é transferido o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se:

- (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;
- (ii) a Companhia e suas controladas tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e
- (iii) a Companhia e suas controladas tem o direito de direcionar o uso do ativo. A Companhia e suas controladas tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se:
 - tem o direito de operar o ativo, ou
 - projetou o ativo, de forma que predetermina como e para qual finalidade será usado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No início do contrato, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo com direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado até a data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido.

O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o término do prazo do arrendamento. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes.

O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança:

- (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa;
- (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido; ou
- (iii) na avaliação se a Companhia e suas controladas exercerão a opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento com cláusulas de:

- (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados;
- (ii) garantia de valor residual; e
- (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros.

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo, enquadrados na isenção da norma, cujos valores individuais dos ativos são inferiores a US\$ 5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

3.2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do reconhecimento inicial, o qual corresponde ao seu valor justo na data da aquisição. No caso de ativos intangíveis obtidos em uma combinação de negócios, o custo é determinado pelo valor justo apurado na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável (impairment) sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registrados no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável (impairment), individualmente ou no nível da UGC. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiou da combinação de negócios. A Suzano registra neste subgrupo principalmente ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e servidão de passagem.

A realização do teste envolve a adoção de premissas significativas e julgamentos, divulgados na nota 16.

3.2.12 Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), correntes e diferidos e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22/IFRIC 23)

Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

O encargo corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas nos países em que a Companhia e suas controladas e coligadas atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

Impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia e suas controladas, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.

Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço sempre que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excetuando a variação cambial, é computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano.

3.2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, quando os benefícios econômicos decorrentes de ações judiciais são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança.

Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material.

Uma provisão passiva é reconhecida na medida em que a Companhia e suas controladas esperam desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança. Os processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança, sendo registrados líquidos dos depósitos judiciais, na rubrica de "provisões para passivos judiciais". Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os passivos contingentes de combinações de negócios são reconhecidos se forem decorrentes de uma obrigação presente que surgiu de eventos passados e se o seu valor justo puder ser mensurado com confiabilidade. São mensurados pelo maior valor entre:

- (i) o valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima descrita; ou
- (ii) o valor inicialmente reconhecido, deduzido, quando for o caso, da receita reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita de contrato com cliente.

Os valores de principal e multas referentes aos processos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais e os juros são reconhecidos no resultado financeiro líquido.

A realização dos passivos judiciais e contingentes decorrentes das combinações de negócios, referente aos processos possíveis e remotos, são reconhecidos na rubrica de outros resultados operacionais, ou caixa a depender da decisão judicial.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.2.14 Pagamento baseado em ações

Os executivos e administradores da Suzano recebem parte de sua remuneração por meio de planos de pagamento baseado em ações com liquidação em dinheiro e em ações.

As despesas com os planos são reconhecidas no resultado (despesas administrativas) durante o período de aquisição dos direitos, com base no valor justo apurado na data da outorga para planos com liquidação em ações, e reavaliado a cada data de balanço para planos com liquidação em dinheiro. As variações do valor justo dos planos com liquidação em dinheiro são registradas na rubrica de despesas administrativas, no resultado. A contrapartida é reconhecida no passivo não circulante para planos com liquidação em dinheiro e no patrimônio líquido para planos com liquidação em ações.

3.2.15 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas oferecem benefícios relativos à plano de aposentadoria suplementar de contribuição definida a todos os funcionários e assistência médica e seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários, sendo que para os dois últimos benefícios, anualmente, são elaborados estudos atuariais por profissional independente e são revisados pela Administração. O impacto correspondente é reconhecido no passivo não circulante.

As mensurações, que compreendem os ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial quando incorridos. Os juros incorridos, decorrentes das alterações no valor presente do passivo atuarial, são registrados na rubrica de despesas financeiras, na demonstração de resultado.

3.2.16 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas a valor justo quando há razoável segurança de que as condições estabelecidas foram cumpridas e o benefício será recebido. São registradas como redução de despesa no resultado de fruição do benefício e, posteriormente, são reclassificadas de lucros acumulados para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, quando aplicável.

3.2.17 Reconhecimento da receita

As receitas de contratos com clientes são reconhecidas à medida em que ocorre a transferência do controle dos produtos aos clientes, representada pela capacidade de determinar o uso dos produtos e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes dos produtos.

Para o segmento operacional de Celulose, o reconhecimento da receita ocorre quando da transferência do controle ao comprador que assume os benefícios remanescentes do ativo e baseia-se nos parâmetros previstos pelo (i) Termos Internacionais de Comércio ("Incoterms") correspondente, quando destinado ao mercado externo e (ii) tempo de trânsito ("lead time"), quando destinado ao mercado interno.

Para os segmentos operacionais de Papel e Bens de Consumo, o reconhecimento da receita também ocorre na transferência do controle ao comprador, com base nos (i) Incoterms e (ii) e no lead time, aplicáveis às operações realizadas tanto no mercado externo quanto no interno.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

São mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência, quando o valor é mensurado com segurança.

A experiência acumulada é usada para estimar e registrar as provisões para abatimentos e descontos por meio do método de valor estimado. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. Uma provisão para reembolso (incluído em contas a receber de clientes) é reconhecida para os abatimentos e descontos estimados a pagar a clientes com relação a vendas realizadas até o fim do exercício. As vendas são realizadas no curto prazo, portanto, não têm caráter de financiamento e não são descontadas ao valor presente.

3.2.18 Participação dos funcionários e administradores no resultado

Os funcionários têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas acordadas anualmente. Já para os administradores são utilizadas como base as disposições legais e estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas na rubrica de salários e encargos sociais em contrapartida a rubrica de despesa administrativa, durante o período em que as metas são atingidas.

3.2.19 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

Conforme divulgado na Nota 2, a Administração empregou julgamentos, estimativas e premissas contábeis para refletir condições e expectativas futuras. Tais premissas, baseadas em informações disponíveis e fatores econômicos relevantes, podem envolver incertezas capazes de gerar variações significativas nos valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios subsequentes.

A Companhia e suas controladas revisam continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, é reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. Os principais temas sujeitos a essas estimativas são apresentados a seguir:

Valor justo de instrumentos financeiros (nota 4):

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros requer julgamentos significativos da Administração, especialmente para operações contratadas em mercados de balcão ou com baixa liquidez. Esses cálculos envolvem premissas sobre taxas de juros futuras, curvas de cupom cambial, volatilidade, preços de commodities e risco de crédito das contrapartes, utilizando modelos como fluxo de caixa descontado e Garman-Kohlhagen para opções. As estimativas consideram condições normais de mercado na data-base, sem liquidação forçada, e dependem de dados observáveis (taxas, curvas, volatilidades) e não observáveis (spreads e ajustes de risco), conforme hierarquia do CPC 46/IFRS 13. Alterações nessas premissas, como variações nas curvas de juros, câmbio ou preços de insumos, podem impactar significativamente os valores justos registrados, afetando ativos, passivos e o resultado do período.

Os principais riscos decorrem da volatilidade dos mercados financeiros e da sensibilidade das premissas utilizadas na mensuração do valor justo. Mudanças abruptas nas taxas de câmbio, juros ou preços de commodities podem gerar ajustes relevantes nos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, influenciando o resultado e o patrimônio líquido. Além disso, fatores externos como crises econômicas, alterações regulatórias ou redução de liquidez podem afetar a confiabilidade das estimativas, aumentando a subjetividade dos cálculos. Por se tratar de instrumentos classificados majoritariamente no nível 2 da hierarquia de valor justo, há maior dependência de modelos internos e

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

premissas não observáveis, o que eleva o grau de incerteza. A Suzano mitiga esses riscos por meio de políticas financeiras robustas, monitoramento diário das posições, testes de sensibilidade e revisões periódicas das premissas utilizadas.

Análise anual do valor recuperável de tributos (notas 9 e 12):

A análise anual do valor recuperável de tributos é essencial para assegurar que os ativos fiscais diferidos e créditos tributários registrados pela Suzano reflitam adequadamente a expectativa de realização futura. Esses ativos dependem de projeções de resultados tributáveis, planos de compensação e interpretações da legislação fiscal, exigindo julgamentos significativos da Administração. A determinação da recuperabilidade envolve premissas sobre crescimento econômico, lucratividade futura, utilização de prejuízos fiscais e bases negativas do imposto de renda e da contribuição social, além da avaliação de riscos relacionados a posições fiscais incertas conforme ICPC 22/IFRIC 23. Como essas estimativas são sensíveis a mudanças no cenário econômico e regulatório, sua correta mensuração é crítica para a transparência e confiabilidade das demonstrações financeiras.

Os principais riscos decorrem da incerteza quanto à geração de lucros tributáveis suficientes para realizar os créditos fiscais, bem como da possibilidade de alterações na legislação ou interpretações fiscais que impactem a utilização desses ativos. Mudanças nas projeções de resultados, revisões de planos estratégicos ou decisões desfavoráveis em processos tributários podem levar à necessidade de ajustes significativos nos saldos registrados. Além disso, por envolver julgamentos sobre cenários futuros e posições fiscais complexas, existe risco de volatilidade nos resultados e no patrimônio líquido caso as premissas não se concretizem. A Suzano mitiga esses riscos por meio de revisões periódicas, suporte de pareceres jurídicos e monitoramento contínuo das contingências tributárias.

Valor justo dos ativos biológicos (nota 13):

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é fundamental para refletir adequadamente, nas demonstrações financeiras da Suzano, o valor econômico das florestas de eucalipto utilizadas como matéria-prima na produção de celulose. Esse processo envolve premissas significativas, como incremento médio anual das florestas (IMA), preço da madeira, custo de formação, custo de oportunidade da terra, taxa de desconto (WACC) e inflação, todas baseadas em projeções de longo prazo e condições específicas de cada região. Como essas variáveis são sensíveis a mudanças de mercado, clima e produtividade, os julgamentos e estimativas aplicados pela Administração têm impacto direto no valor contábil dos ativos e, consequentemente, no resultado da Suzano.

Os principais riscos decorrem da incerteza inerente às premissas utilizadas no cálculo do valor justo. Variações nos preços da madeira, na taxa de crescimento das florestas (IMA), nos custos de formação ou na taxa de desconto podem gerar ajustes significativos nos ativos biológicos e afetar o resultado operacional. Além disso, fatores externos como mudanças regulatórias, eventos climáticos, pragas ou incêndios podem impactar a produtividade e os fluxos de caixa projetados, aumentando a volatilidade do valor justo. Por se tratar de um cálculo classificado como Nível 3 na hierarquia do CPC 46/IFRS 13, baseado em dados não observáveis, há maior grau de subjetividade e necessidade de controles robustos para garantir a confiabilidade das informações.

Análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) (nota 16):

O ágio por expectativa de rentabilidade futura é submetido anualmente a teste de recuperabilidade ou sempre que houver indícios de perda. Para fins de teste, os ativos são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) às quais o ágio está associado. O valor recuperável é determinado com base no valor

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

em uso, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, considerando projeções financeiras aprovadas pela Administração para um horizonte de cinco anos, acrescidas de uma taxa de crescimento de longo prazo para períodos subsequentes.

As premissas significativas utilizadas incluem a taxa de desconto (WACC), que reflete o custo médio ponderado de capital ajustado ao risco do negócio e às condições de mercado; a taxa de crescimento na perpetuidade, baseada em expectativas de crescimento sustentável do setor; as margens operacionais, estimadas conforme histórico e perspectivas de mercado; e as projeções de receita, fundamentadas em premissas macroeconômicas, dinâmica competitiva e planos estratégicos.

Essas premissas envolvem julgamentos significativos e estão sujeitas a incertezas, especialmente relacionadas à taxa de desconto, cujas variações podem impactar substancialmente o valor recuperável; à taxa de crescimento, cujas alterações podem reduzir a margem de segurança do teste; e ao desempenho operacional, que pode ser afetado por mudanças no cenário econômico ou competitivo, impactando projeções de receita e margem. Caso as premissas não se confirmem, poderá ocorrer necessidade de reconhecimento de perda por impairment em períodos futuros.

Provisão para passivos judiciais (nota 20):

A Companhia e suas controladas é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, ambiental e trabalhista. A provisão para passivos judiciais é reconhecida quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados e quando a Administração, com base na opinião de assessores jurídicos, considera provável a saída de recursos para a liquidação da obrigação e é possível estimar com confiabilidade o valor envolvido.

O valor provisionado é calculado considerando a probabilidade de perda, classificada como provável, possível ou remota conforme avaliação jurídica; a estimativa de desembolso, baseada em histórico de decisões, jurisprudência aplicável e estágio processual; e a atualização monetária e encargos, aplicados conforme a legislação vigente.

As premissas significativas incluem a interpretação jurídica, pois mudanças na jurisprudência ou decisões de tribunais superiores podem alterar significativamente a probabilidade de perda; a estimativa de valores, que pode variar em decorrência de novos cálculos, perícias ou atualização de bases legais; e o cenário regulatório, já que alterações legislativas podem impactar a obrigação ou o montante estimado.

As provisões envolvem julgamentos relevantes e estão sujeitas a incertezas, especialmente em processos de longa duração ou com matérias complexas. Caso ocorram mudanças nas premissas ou no entendimento jurídico, poderá haver reconhecimento adicional de provisão ou reversão em períodos futuros.

3.3 Políticas contábeis ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2025, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto pela IFRS 18, conforme divulgado abaixo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.3.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026)

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática e para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas:

- esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro;
- esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros;
- adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e
- atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

3.3.2 IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements, que substituirá a IAS 1 – Presentation of Financial Statements, introduzindo novos requisitos com o objetivo de aumentar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades e fornecer informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras.

Embora a IFRS 18 não altere o reconhecimento ou a mensuração dos itens, esperam-se impactos relevantes na apresentação e na divulgação das demonstrações financeiras, especialmente no que se refere à estrutura da demonstração do resultado, à divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, aos princípios de agregação e desagregação das informações e a determinados aspectos da demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando os impactos decorrentes da adoção da IFRS 18 em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em uma avaliação preliminar, destacam-se, entre outros, os seguintes possíveis efeitos: alterações na forma de apresentação do resultado decorrentes da nova classificação de receitas e despesas em categorias padronizadas e da introdução de novos subtotais; possíveis ajustes na apresentação das principais demonstrações financeiras, com reagrupamento ou maior detalhamento de determinadas linhas, conforme os novos princípios de agregação e desagregação; novas exigências de divulgação relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração; e ajustes na apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, conforme os novos requerimentos da norma.

A IFRS 18 tem vigência para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, de modo que as informações comparativas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas quando da adoção inicial da norma.

3.3.3 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

3.3.4 Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027)

Em 13 de novembro de 2025, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IAS 21 para especificar os procedimentos a serem utilizados na tradução de valores de uma moeda funcional de economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de economia hiperinflacionária.

3.3.5 Melhorias Anuais às normas contábeis IFRS – Volume 11

Consistem em alterações que visam esclarecer redações de algumas normas (IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7) ou corrigir omissões, conflitos ou consequências não intencionais entre essas normas.

4 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

4.1 Gerenciamento de riscos financeiros

4.1.1 Visão geral

Em decorrência de suas atividades, a Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros, os quais são gerenciados em conformidade com as Políticas de Gestão de Riscos Financeiros, de Risco de Contrapartes e Emissores, de Endividamento Financeiro, de Gestão de Derivativos e de Gestão de Caixa ("Políticas Financeiras"), as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os principais fatores considerados pela Administração são:

- (i) liquidez;
- (ii) crédito;
- (iii) taxas de câmbio;
- (iv) taxas de juros;
- (v) oscilações de preços de celulose e de commodities; e
- (vi) capital.

A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia e suas controladas.

A Suzano dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam:

- (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Suzano contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos;

- (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Suzano dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e
- (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Suzano visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada à assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais.

Instrumentos de *hedge* são contratados exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos:

- (i) proteção do fluxo de caixa contra descasamento de moedas;
- (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas às oscilações de taxas de juros e moedas; e
- (iii) oscilações no preço da celulose ou outros insumos relacionados a produção.

A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e busca de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração da Suzano aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa.

A Suzano utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez, e:

- (i) não contrata operações alavancadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (*hedge*);
- (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e
- (iii) não tem operações que requeiram depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes.

A Suzano não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensurados nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 26.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.1.2 Classificação

Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.206.854	9.067.796	21.397	43.056
Contas a receber de clientes	7	6.560.607	9.132.860		
Dividendos a receber	11			412.145	630.367
Outros ativos (1)		595.069	628.275		
		22.362.530	18.828.931	433.542	673.423
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes					
Outros investimentos		901.181	1.138.066		
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	9.571.661	3.887.100		
Aplicações financeiras	6	10.252.454	13.363.511		
		19.824.115	17.250.611		
		43.087.826	37.217.608	433.542	673.423
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores	17	5.141.386	6.033.285		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	94.801.257	101.435.531		
Contas a pagar de arrendamento	19.2	6.933.258	6.977.064	3.368	4.149
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	94.840	120.490		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		2.732.272	2.129.278	857.413	558.728
Outros passivos (1)		141.884	143.330		
		109.844.897	116.838.978	860.781	562.877
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	4.5.1	9.341.349	10.454.820		
		119.186.246	127.293.798	860.781	562.877
		76.098.420	90.076.190	427.239	(110.546)

(1) Somente inclui itens classificados como instrumentos financeiros.

4.1.3 Valor justo dos empréstimos e financiamentos

Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e do Federal Reserve Bank of New York e Bloomberg para transações de taxa Secured Overnight Financing Rate ("SOFR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio forward prevalentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3.

Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas premissas e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como Garman-Kohlhagen, e estimativas de valores descontados de fluxos de

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de bunker de petróleo é obtido com base nas cotações do índice Platts.

Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto / Metodologia	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Cotados no mercado secundário			
Em moeda estrangeira			
<i>Bonds</i>	Mercado secundário	36.655.663	48.734.909
Estimados ao valor presente			
Em moeda estrangeira			
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	SOFR	18.404.795	22.740.891
Financiamento de ativos	SOFR	277.172	422.115
ECA - Export Credit Agency	SOFR	1.979.202	864.202
IFC - International Finance Corporation	SOFR	5.442.675	6.261.715
Panda Bonds - CNY	Fixed	1.964.329	951.125
Em moeda nacional			
BNDES – TJLP	DI 1	95.167	171.109
BNDES – TLP	DI 1	4.193.766	3.275.012
BNDES – TR	DI 1	90.356	33.466
BNDES – Selic	DI 1	547.000	645.139
BNDES – UMBNDES	DI 2	253.500	106.966
Financiamento de ativos	DI 1	49.911	60.566
Debêntures	DI 1/IPCA	10.873.596	12.002.992
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	105.865	108.308
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	5.520.478	2.424.457
CPR ("Cédula de produto rural")	DI 1	1.472.697	
ECO INVEST - Crédito Agroindustrial	DI 1	334.422	
		88.260.594	98.802.972

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 18.

A Administração da Suzano considera que para os demais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2 Administração de risco de liquidez

A Suzano tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo cumprir com os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido, em geral, em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto às instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

O monitoramento da posição de caixa é acompanhado pela Administração da Suzano, por meio de relatórios gerenciais e participação em reuniões de desempenho com frequência determinada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a variação na posição de caixa e aplicações financeiras foi dentro do esperado, sendo que o caixa consolidado gerado na operação foi utilizado em sua maior parte para investimentos e pagamentos de juros e amortizações.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia.

Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço.

Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

Consolidado	31/12/2025					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	5.141.386	5.141.386	5.141.386			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	94.801.257	136.586.565	5.690.098	16.894.643	46.428.491	67.573.333
Contas a pagar de arrendamento	6.933.258	13.284.598	2.762.742	1.237.189	3.162.345	6.122.322
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	94.840	115.108	19.904	18.993	76.211	
Instrumentos financeiros derivativos	9.341.349	13.741.567	1.139.273	849.920	3.815.705	7.936.669
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.732.272	2.732.272	1.838.389	446.941	446.942	
Outros passivos	141.884	141.884	49.554	92.330		
	<u>119.186.246</u>	<u>171.743.380</u>	<u>16.641.346</u>	<u>19.540.016</u>	<u>53.929.694</u>	<u>81.632.324</u>

Consolidado	31/12/2024					
	Valor contábil	Valor futuro	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	6.033.285	6.033.285	6.033.285			
Empréstimo, financiamentos e debêntures	101.435.531	142.028.543	13.599.011	14.235.170	50.858.667	63.335.695
Contas a pagar de arrendamento	6.977.064	12.103.443	1.303.537	1.177.887	3.096.640	6.525.379
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	120.490	146.082	23.425	22.400	100.257	
Instrumentos financeiros derivativos	10.454.820	13.878.150	1.676.180	957.540	1.489.357	9.755.073
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	2.129.278	2.129.278	2.129.278			
Outros passivos	143.330	143.330	60.892	82.438		
	<u>127.293.798</u>	<u>176.462.111</u>	<u>24.825.608</u>	<u>16.475.435</u>	<u>55.544.921</u>	<u>79.616.147</u>

4.3 Administração de riscos de crédito

Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito (“Letters of Credit – LC”), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos à fornecedores para novos projetos, entre outros.

4.3.1 Contas a receber de clientes

A Suzano possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

avaliar o risco em relação à performance de pagamento, tanto para exportações como para vendas no mercado interno.

Para a avaliação de crédito dos clientes, a Suzano utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito.

A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Baixo - Vencendo e em atraso até 30 dias	6.270.686	8.899.516
Médio - em atraso entre 30 e 90 dias	154.155	174.048
Alto - em atraso acima de 90 dias	267.314	89.596
	6.692.155	9.163.160

Parte dos montantes acima, não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$131.548 e R\$30.300 em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.

4.3.2 Bancos e instituições financeiras

A Companhia e a Suzano, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantêm suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco brAAA — ou seja, aquelas que possuem elevado grau de qualidade de crédito e baixo risco segundo as principais agências de classificação.

O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	15.206.854	9.067.796	21.397	43.056
Aplicações financeiras	10.252.454	13.363.511		
Instrumentos financeiros derivativos ⁽¹⁾	9.571.661	3.887.100		
	35.030.969	26.318.407	21.397	43.056

1) Não inclui o derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé, que não é transacionado com instituição financeira.

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Classificação de risco ⁽¹⁾	Consolidado			
	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		Instrumentos financeiros derivativos	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
AAA				232.908
AA-			476.535	286.906
A+	9.055		94.638	148.029
A			6.146	
A-	37.081			
brAAA	25.011.904	20.879.629	8.870.122	2.747.948
brAA+	576	658.880		
brAA	473	755		
brAA-	252.945	19	9.246	
brA	117.736	31.504		
brBBB-		3		
brBB		710		
brBB-	17	750.359		156.450
Outros	29.521	109.448	114.974	314.859
	<u>25.459.308</u>	<u>22.431.307</u>	<u>9.571.661</u>	<u>3.887.100</u>

1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4 Administração de riscos de mercado

A Suzano está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de correção, preço de celulose e de *commodities* que podem afetar seus resultados e condições financeiras.

Para mitigar os impactos, a Suzano dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos.

As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de:

- (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descasamento de moedas;
- (ii) mitigação de exposições a taxas de juros;
- (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de *commodities*; e
- (iv) troca de indexadores da dívida.

A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados.

4.4.1 Administração de risco de taxas de câmbio

A captação de financiamentos e a política de hedge cambial da Suzano são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Dólares dos Estados Unidos da América e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Suzano contrate financiamentos de exportação em Dólares dos Estados Unidos da América ("US\$") e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um hedge natural de caixa para estes compromissos.

Além disso, a Suzano contrata operações de venda de "US\$" nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Os ativos e passivos que estão expostos a moeda estrangeira, substancialmente em US\$, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	11.919.897	6.496.039
Aplicações financeiras	427.329	70.255
Contas a receber de clientes	4.705.509	7.090.160
Instrumentos financeiros derivativos	5.404.458	3.887.100
	22.457.193	17.543.554
Passivos		
Fornecedores	(1.075.590)	(1.350.763)
Empréstimos e financiamentos	(70.357.356)	(83.004.915)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(66.446)	(93.308)
Instrumentos financeiros derivativos	(4.614.888)	(10.448.379)
	(76.114.280)	(94.897.365)
	(53.657.087)	(77.353.811)

4.4.1.1 Análise de sensibilidade – exposição cambial – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em reais na data base do balanço patrimonial R\$/US\$ = R\$5,5024.

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. As demais análises consideraram cenários desfavoráveis da exposição do Real em relação ao US\$ em 25% e 50%, antes dos impostos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	11.919.897	(2.979.974)	(5.959.949)
Aplicações financeiras	427.329	(106.832)	(213.665)
Contas a receber de clientes	4.705.509	(1.176.377)	(2.352.755)
Fornecedores	(1.075.590)	(268.898)	(537.795)
Empréstimos e financiamentos	(70.357.356)	(17.589.339)	(35.178.678)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(66.446)	(16.612)	(33.223)

4.4.1.2 Análise de sensibilidade – exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

A Suzano contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos da América nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, visando assegurar níveis atraentes de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual da exposição total em Dólares dos Estados Unidos da América no horizonte de 24 meses e, portanto, estão atreladas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo.

Além da operação descrita acima, a Suzano também contrata instrumentos derivativos atrelados ao dólar e sujeitos a variação cambial, buscando adequar o indexador cambial da dívida a moeda de geração de caixa, conforme previsto em suas políticas financeiras.

Para o cálculo da marcação a mercado ("MtM") é utilizada a taxa de câmbio do último dia útil do período em análise. Estes movimentos de mercado causaram impacto negativo na marcação a mercado da posição contratada.

A análise de sensibilidade abaixo assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América em 25% e 50%, antes dos impostos, adicionando ao cenário provável em 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível 25%	Remoto 50%
Dólar/Real			
Instrumentos financeiros derivativos			
Derivativos opções	979.705	(5.707.051)	(13.025.130)
Derivativos swaps	(851.428)	(3.164.776)	(6.396.550)
Derivativos NDF	24.355	(121.626)	(243.252)
Derivativos embutido	112.058	(177.738)	(355.477)
Derivativos commodity	(34.379)	(9.503)	(18.280)

4.4.2 Administração de risco de taxas de juros

As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas.

A Suzano busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa devido às oscilações de taxas de juros no Brasil ou no exterior.

4.4.2.1 Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros – exceto instrumentos financeiros derivativos

Para a análise de risco do mercado, a Suzano utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), a Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), a Taxa de Longo Prazo (“TLP”), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia (“SELIC”) e *SOFR* e que podem gerar impacto no resultado.

O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. As demais análises consideraram cenários desfavoráveis da exposição de juros de em 25% e 50% antes dos impostos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

		Consolidado		
		31/12/2025		
		Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)	
CDI/SELIC				
Caixa e equivalentes de caixa	3.204.403	(119.364)	(238.728)	
Aplicações financeiras	7.917.258	(294.918)	(589.836)	
Empréstimos e financiamentos	8.825.045	(328.733)	(657.466)	
TJLP				
Empréstimos e financiamentos	101.302	(2.297)	(4.594)	
SOFR				
Empréstimos e financiamentos	25.195.489	(243.766)	(487.533)	

4.4.2.2 Análise de sensibilidade – exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos

Estas análises consideraram os cenários desfavoráveis da taxa de juros de mercado com variação de 25% e 50%.

Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis permanecem constantes.

A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

		Consolidado		
		31/12/2025		
		Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)	
CDI				
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo				
Derivativos opções	979.705	(654.459)	(1.256.399)	
Derivativos swaps	(851.428)	(646.114)	(1.188.904)	
SOFR				
Instrumentos financeiros derivativos				
Passivo				
Derivativos swaps	(851.428)	(130.162)	(253.566)	

4.4.2.3 Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana

Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI") em 31 de dezembro de 2025. O

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

cenário provável foi extrapolado considerando uma desvalorização de 25% e 50% no *US-CPI* para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.
A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Efeito no resultado		
	Provável (valor base)	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo embutido em compromisso de compra de madeira em pé, proveniente de contrato de parceria florestal	112.058	(27.632)	(58.468)

4.4.3 Administração de risco de preço de *commodities*

A Suzano está exposta principalmente ao preço de venda da celulose e a preços de *commodities* no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global, demanda e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Suzano.

A Suzano possui equipe especializada que monitora o preço da celulose de fibra curta e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Suzano. As operações de proteção de preço da celulose de fibra curta disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço.

A Suzano também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo e indiretamente nos custos de outros suprimentos e contratos de logística e serviços. Neste caso, a Suzano avalia a contratação de instrumentos financeiros derivativos para mitigar o risco de variação de preço no seu resultado.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Suzano determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual pode divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spreads* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Suzano baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizam dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados pelas contrapartes.

O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas.

Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos:

- (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva é estimado pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do cupom cambial (a remuneração, em Dólares dos Estados Unidos da América, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em reais,

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de crédito da Suzano e da contraparte. A exceção são os contratos pré-fixados x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da *SOFR*, divulgada pela *Bloomberg*. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.

- (ii) Opções (“Zero Cost Collar”): para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidos da B3 para apuração dos valores justos.
- (iii) *Non-deliverable forward* (“NDF”): é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se das curvas de cupom cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3.
- (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação (“Tesouro Protegido contra a Inflação – TIPS”), divulgada pela *Bloomberg*. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do cupom cambial obtida da B3.
- (v) *Swap VLSFO* (combustível marítimo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela *Bloomberg*. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Suzano e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor nominal de cada contrato e trazida a valor presente pela curva da *SOFR* divulgada pela *Bloomberg*.

As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão apresentadas a seguir:

Prazo	Curva de juros		Cupom de dólar sujo ⁽¹⁾
	Brasil ⁽¹⁾	Estados Unidos da América ⁽²⁾	
1M	14,90%	3,70 %	23,28%
6M	14,57%	3,58 %	7,91%
1A	13,82%	3,43 %	6,36%
2A	13,19%	3,31 %	5,58%
3A	13,19%	3,35 %	5,45%
5A	13,47%	3,48 %	5,64%
10A	13,53%	3,81 %	6,77%

1) Fonte B3
2) Fonte Bloomberg

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.5.1 Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

Tipo do derivativo	Consolidado			
	Valor de referência (nacional, líquido) – em US\$		Valor justo – em R\$	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos contratados com estratégia de proteção dos fluxos de caixa				
Hedge de fluxos de caixa				
Zero Cost Collar	6.156.400	6.852.200	979.705	(4.328.970)
NDF (US\$)	90.000	581.000	24.355	(331.876)
Hedge de dívida				
Swap SOFR x Fixed (US\$)	2.400.260	1.973.705	92.248	394.129
Swap IPCA x CDI (nacional em reais)	10.466.620	8.128.395	(660.777)	(825.899)
Swap CNY x Fixed (US\$)	362.736	165.815	35.288	(6.440)
Swap CDI x Fixed (US\$)	1.635.783	909.612	(161.443)	(776.261)
Swap Pré Fixada para CDI (nacional em reais)	2.400.000		8.362	
Swap CDI x SOFR (US\$)	660.171	610.171	(165.105)	(590.764)
Swap SOFR x SOFR (US\$)		150.961		(37.850)
Hedge de commodities e outros				
Swap US\$ e US-CPI ⁽¹⁾	153.342	138.439	112.058	(80.759)
Zero Cost Collar (Brent)	359.677	163.941	(33.279)	6.097
Swap VLSFO/Brent	1.217	39.706	(1.100)	10.873
			230.312	(6.567.720)
Ativo circulante			1.556.978	1.006.427
Ativo não circulante			8.014.683	2.880.673
Passivo circulante			(1.205.029)	(2.760.273)
Passivo não circulante			(8.136.320)	(7.694.547)
			230.312	(6.567.720)

1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em US\$ e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

A seguir são descritos os contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos:

- (i) *Swap CDI x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (ii) *Swap IPCA x CDI* (nacional em reais): posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais, alinhando-se com a posição de caixa em reais da Suzano, que também é indexada a DI.
- (iii) *Swap SOFR x Fixed (US\$)*: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (*SOFR*) por taxa prefixada em US\$. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana.
- (iv) *Swap Pré Fixed R\$ x Fixed US\$*: posições em swaps convencionais trocando taxa prefixada em reais por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano.
- (v) *Swap SOFR x SOFR US\$*: posição em swap trocando taxa pré-fixada adicionada à *SOFR* por outra taxa fixa adicionada à *SOFR*. O objetivo é gerar desconto de taxa para o pré-pagamento junto à instituição bancária, permitindo mecanismos de reversão.
- (vi) *Swap CDI x SOFR*: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa pós-fixada ("*SOFR*") em US\$. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em reais para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano e capturar um menor custo de dívida por meio da flutuação das projeções da taxa *SOFR*.
- (vii) *Swap CNH x USD*: posições em swaps trocando taxa prefixada em yuans da China por taxa prefixada em US\$. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em yuans para US\$, alinhando-se com a exposição natural dos recebíveis em US\$ da Suzano.
- (viii) *Zero Cost Collar*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda (*put*) e venda de opções de compra (*call*) de US\$, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do real.
- (ix) *Non-Deliverable Forward ("NDF")*: Posições vendidas em contratos futuros de US\$ com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações contra queda do Real.
- (x) *Swap US\$ e US-CPI*: O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e do *US-CPI* no prazo dos contratos de parceria florestal e com fornecimento de madeira em pé.
- (xi) *Non-Deliverable Forward Paridade ("NDF")*: *EUR e US\$*: Posições compradas na paridade *EUR/US\$* com o objetivo de proteger o fluxo de caixa do *CAPEX* do Projeto Cerrado contra a apreciação do euro.
- (xii) *Swap Very Low Sulphur Fuel Oil / Brent ("VLSFO")* (petróleo – *Brent*): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo, contra o aumento do preço de petróleo.
- (xiii) *Zero Cost Collar (Brent)*: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de compra (*call*) e venda de opções de venda (*put*) de petróleo - *Brent*, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger custos com insumos derivados de petróleo. Nessa estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira no vencimento das opções. O objetivo é proteger o custo contra o aumento do preço do petróleo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A variação do valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2025 em comparação com o valor justo mensurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é explicada substancialmente pela valorização do Real frente ao US\$ e pelas liquidações do exercício. Houve também impactos causados pelas variações nas curvas Pré, Cupom Cambial e *SOFR* nas operações.

Importante destacar que, os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2025, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado.

4.5.2 Cronograma de vencimentos do valor justo (valores líquidos)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2026	351.949	(1.753.846)
2027	674.290	(1.699.768)
2028	96.273	(36.905)
2029 em diante	(892.200)	(3.077.201)
	230.312	(6.567.720)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.5.3 Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto

As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

		Consolidado			
		Valor nominal		Valor justo - em R\$	
Moeda		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Hedge de dívida					
Ativos					
Swap CDI para Fixed	R\$	8.788.534	4.748.394	2.525.172	1.482.759
Swap SOFR para Fixed	US\$	2.400.260	1.973.705	492.458	424.824
Swap IPCA para CDI	R\$	11.059.169	8.382.699	1.549.779	927.586
Swap Pré Fixada para CDI	R\$	2.400.000		1.562.789	
Swap CDI para SOFR	R\$	3.399.600	3.117.625	915.431	754.173
Swap CNY para Fixed	CNY	2.600.000	1.200.000	509.116	
Swap SOFR para SOFR	US\$		150.961		4.949
				7.554.745	3.594.291
Passivos					
Swap CDI para Fixed	US\$	1.635.783	909.612	(2.686.614)	(2.259.020)
Swap SOFR para Fixed	US\$	2.400.260	1.973.705	(400.210)	(30.695)
Swap IPCA para CDI	R\$	10.466.620	8.128.395	(2.210.556)	(1.753.485)
Swap Pré Fixada para CDI	R\$	2.400.000		(1.554.427)	
Swap CDI para SOFR	US\$	660.171	610.171	(1.080.537)	(1.344.937)
Swap CNY para Fixed	US\$	362.736	165.815	(473.828)	(6.440)
Swap SOFR para SOFR	US\$		150.961		(42.799)
				(8.406.172)	(5.437.376)
				(851.427)	(1.843.085)
Hedge de fluxos de caixa					
Zero Cost Collar (US\$ x R\$)	US\$	6.156.400	6.852.200	979.705	(4.328.970)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	90.000	581.000	24.355	(331.876)
				1.004.060	(4.660.846)
Hedge de commodities e outros					
Swap US\$ e US-CPI ⁽¹⁾	US\$	153.342	138.439	112.058	(80.759)
Zero Cost Collar (Brent)	US\$	359.677	163.941	(33.279)	6.097
Swap VLSFO/Brent	US\$	1.217	39.706	(1.100)	10.873
				77.679	(63.789)
				230.312	(6.567.720)

1) Os derivativos embutidos referem-se aos contratos de swap de venda das variações do preço em Dólar dos Estados Unidos da América e US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal com fornecimento de madeira em pé.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.5.4 Valores justos liquidados

As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Hedge de fluxos de caixa		
Zero Cost Collar (US\$)	9.922	645.759
NDF (US\$)	(15.388)	(68.695)
NDF (€ x US\$)	(26)	73.781
	(5.492)	650.845
Hedge de commodities e outros		
Swap VLSFO/Brent	(712)	89.327
	(712)	89.327
Hedge de dívida		
Swap CDI para Fixed (US\$)	408.373	(1.635.058)
Swap IPCA para CDI (reais)	(321.139)	(59.243)
Swap CNH para fixed US\$	(16.455)	
Swap Pré Fixada para US\$		(221.462)
Swap SOFR para SOFR (US\$)	1.504	2.199
Swap CDI para SOFR (US\$)	212.326	19.074
Swap SOFR para Fixed (US\$)	252.250	603.737
	536.859	(1.290.753)
	530.655	(550.581)

4.6 Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo, o qual considera o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A depender das premissas utilizadas na mensuração, os instrumentos financeiros ao valor justo podem ser classificados em 3 níveis de hierarquia:

- (i) Nível 1 – Baseada em preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado é considerado ativo se realizar transações com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação imediata e continuamente, geralmente, obtidos a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, serviço de precificação ou agência reguladora e os preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases comerciais;
- (ii) Nível 2 – Baseada em preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou similares em mercados que não sejam ativos, modelos de precificação para os quais as premissas são observáveis, tais como taxas de juros e curvas de rendimentos, volatilidades e *spreads* de crédito e informações corroboradas pelo mercado. Os ativos e passivos classificados nesta categoria são mensurados por meio do fluxo de caixa descontado e provisionamento de juros (*"accrual"*), respectivamente, para

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

instrumentos financeiros derivativos e aplicações financeiras. Os *inputs* observáveis utilizados são taxas e curvas de juros, fatores de volatilidade e cotações de paridade cambial; e

- (iii) Nível 3 – Baseada em dados não cotados para o ativo e o passivo, onde a Suzano aplica a técnica da abordagem de receita ("*income approach*") utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* observáveis utilizados são IMA, taxa de desconto e preços brutos médios de venda do eucalipto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alteração entre os níveis de hierarquia e não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3.

Consolidado			
31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
	Total		
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		9.571.661	9.571.661
Aplicações financeiras	1.274.439	8.978.015	10.252.454
	1.274.439	18.549.676	19.824.115
Valor justo por meio de outros resultados			
Outros investimentos (nota 14.1)	865.986		35.195
	865.986		35.195
Ativo biológico			26.097.164
			26.097.164
Total do Ativo	2.140.425	18.549.676	26.132.359
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		9.341.349	9.341.349
		9.341.349	9.341.349
Total do Passivo		9.341.349	9.341.349

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

				Consolidado
				31/12/2024
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		3.887.100		3.887.100
Aplicações financeiras	1.203.776	12.159.735		13.363.511
	1.203.776	16.046.835		17.250.611
Valor justo por meio de outros resultados				
Outros investimentos (nota 14.1)	1.099.870		38.196	1.138.066
	1.099.870		38.196	1.138.066
Ativo biológico			22.283.001	22.283.001
			22.283.001	22.283.001
Total do Ativo	2.303.646	16.046.835	22.321.197	40.671.678
Passivo				
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos		10.454.820		10.454.820
		10.454.820		10.454.820
Total do Passivo		10.454.820		10.454.820

4.7 Cibersegurança

A Suzano possui uma Política Pública de Segurança da Informação, que visa estabelecer diretrizes, quanto ao gerenciamento e controles de segurança cibernética na Suzano, buscando mitigar vulnerabilidades, preservar e proteger os ativos, principalmente a informação e os dados pessoais, conforme leis, regulamentações e obrigações contratuais vigentes, contemplando a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e legalidade da informação. A Política estabelece responsabilidades para evitar danos, que podem representar impactos financeiros, à imagem e à reputação, exposição de informações, paralisação de operações, entre outros danos devido a ataques cibernéticos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram identificados incidentes materiais associados a segurança cibernética que poderiam afetar a confidencialidade, integridade e/ou disponibilidade dos sistemas utilizados pela Companhia e suas controladas

4.8 Mudanças climáticas

4.8.1 Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Tendo em vista a natureza das operações da Suzano, existe exposição inerente aos riscos relacionados com as mudanças climáticas.

Os ativos da Suzano, notadamente, os ativos biológicos, que são mensurados ao valor justo (nota 13), os ativos imobilizados (nota 15) e intangíveis (nota 16), podem ser impactados por mudanças climáticas, às quais foram avaliadas no contexto da elaboração das demonstrações financeiras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Suzano considerou os principais dados e premissas de riscos destacados a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (i) eventuais impactos na determinação do valor justo nos ativos biológicos em virtude de: efeitos de mudanças climáticas, como por exemplo, elevação de temperatura, escassez de recursos hídricos, podem impactar em algumas premissas utilizadas em estimativas contábeis relacionadas com os ativos biológicos da Suzano, conforme abaixo:
- perdas de ativos biológicos devido a incêndios e a impactos decorrentes de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
 - redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias e outros eventos climáticos atípicos como estiagens, geadas e chuvas torrenciais; e
 - interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.
- (ii) escassez de recursos hídricos na indústria: embora as nossas unidades sejam eficientes no uso da água, há planos de contingência para todas as unidades afetadas por eventual escassez hídrica e planos de ação para enfrentamento da crise hídrica nas regiões críticas.
- (iii) mudanças estruturais na sociedade e seus impactos nos negócios, tais como:
- regulatórias e legais: decorrentes de alterações em âmbito brasileiro e/ou internacional que demandem investimento de capital em novas tecnologias e/ou custos de operação. Entre os temas esperados, estão a precificação de carbono, a taxação de carbono aduaneiro, barreiras e/ou restrições comerciais relacionadas à suposta contribuição, mesmo que indireta, para intensificação das mudanças climáticas, que aumentem o risco de litígio;
 - tecnológicas: decorrentes do surgimento de melhorias e inovações na direção de uma economia com maior eficiência energética e de baixo carbono; A Suzano deve continuar com investimentos em tecnologia para reduzir as emissões de gases do efeito estufa;
 - de mercado: decorrentes de mudanças na oferta e demanda de certos produtos e serviços à medida em que questões relacionadas ao clima passam a ser consideradas nas tomadas de decisão; O mercado deve priorizar cada vez mais a redução das emissões de carbono e práticas de negócios mais sustentáveis, o que pode levar à mudança na demanda e receita dos produtos da Suzano e no aumento da demanda por florestas renováveis e outros produtos sustentáveis; e
 - reputacionais: relacionadas à percepção dos clientes e da sociedade de maneira geral em relação à contribuição positiva ou negativa de uma organização para uma economia de baixo carbono.
- (iv) Tempestades naturais, furacões e ciclones: eventos agravados pelas mudanças climáticas e podem gerar impactos, diretos e/ou indiretos, tanto nas operações industriais como nas florestais da Suzano (danos materiais e interrupções operacionais) além das operações logísticas e em sua cadeia de valor.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.8.2 Cumprimento de cláusulas contratuais relacionadas à sustentabilidade em títulos de dívida e empréstimos sustentáveis (Sustainability Linked Bonds – “SLB” e Sustainability Linked Loans – “SLL”)

A Suzano emitiu títulos de dívida e empréstimos atrelados a metas de performance de sustentabilidade (“Sustainability Performance Targets – SPT”) relacionadas com a redução da intensidade de nossas emissões de gases do efeito estufa, redução da intensidade da captura de água para utilização em processos industriais, implementação de corredores ecológicos conectando áreas de vegetação nativa e o aumento do percentual de mulheres em cargos de liderança. O não atingimento dessas metas pode gerar incremento futuro no custo das referidas dívidas, enquanto que o atingimento pode gerar uma redução de custo nos SLL’s, conforme previsto nos respectivos contratos.

A Suzano realizou emissões de títulos baseados nos SLB Principles, ampliando ao longo do tempo o escopo das metas vinculadas a esses instrumentos, que passaram a contemplar, além de objetivos ambientais, metas sociais, incluindo diversidade, equidade e inclusão. As metas estabelecidas e seus respectivos impactos financeiros nos instrumentos classificados como SLBs estão detalhados nos prospectos públicos de cada operação.

Adicionalmente, a Suzano contratou Sustainability-Linked Loans (SLLs) junto a instituições financeiras e sindicatos de bancos comerciais, em conformidade com as diretrizes dos SLL Principles, reforçando a integração de critérios de sustentabilidade em sua estratégia de financiamento.

4.8.3 Gestão de riscos climáticos

A Suzano possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, a identificação das variáveis envolvidas e o acompanhamento de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas.

A avaliação da Suzano sobre os potenciais impactos físicos das mudanças climáticas, bem como decorrentes da transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo.

4.8.4 Oportunidades atreladas às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

4.8.4.1 Títulos com cláusulas relacionadas a sustentabilidade

Conforme divulgado na nota 4.8.2, a Suzano tem emissões de Sustainability Linked Bonds (SLB) e Sustainability Linked Loan (SLL) atrelados a indicadores de performance ambientais associados a metas de redução de gases do efeito estufa, intensidade da captura de recursos hídricos, biodiversidade e aspectos de diversidade e inclusão, evidenciando o compromisso da Suzano como parte da solução perante a crise climática global e em convergência à implementação de suas metas de longo prazo. Essas captações atreladas a metas de sustentabilidade possibilitam taxas de juros diferenciadas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

4.9 Gestão do capital

O principal objetivo é fortalecer a estrutura de capital da Suzano, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios.

A Suzano monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa média % a.a.	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos ⁽¹⁾	4,00%	9.881.604	6.597.024	173	352
Equivalentes de caixa					
Em moeda nacional					
Depósito a prazo fixo	101,37% do CDI	3.231.226	2.470.772	21.224	42.704
Em moeda estrangeira					
Depósito a prazo fixo ⁽²⁾	4,58%	2.094.024			
		15.206.854	9.067.796	21.397	43.056

(1) Refere-se, substancialmente, a aplicações em moeda estrangeira na modalidade Sweep Account, que é uma conta remunerada, cujo saldo é aplicado e disponibilizado de forma automática e diariamente.

(2) Refere-se a aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento até 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento e está sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

6 Aplicações financeiras – consolidado

		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional			
Fundos exclusivos	99,71% do CDI	526.526	552.635
Títulos privados (CDBs)	100,91% do CDI	7.045.434	11.144.881
Títulos públicos	IPCA + 6,14%	1.274.439	1.203.776
Títulos privados (CDBs) ⁽¹⁾	99,61% do CDI	319.680	391.964
Título público - Instituto de Crédito Oficial (ICO)	12,64%	633.428	
Outros	99,99% do CDI	25.618	
		9.825.125	13.293.256
Em moeda estrangeira			
Títulos privados ⁽²⁾	4,68%	421.291	
Outros		6.038	70.255
		427.329	70.255
		10.252.454	13.363.511
Circulante		9.932.774	12.971.547
Não circulante		319.680	391.964

(1) Refere-se a depósitos em garantia (*escrow account*) que serão liberados somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Suzano, das condições precedentes relativas às transações de venda de imóveis rurais.

(2) Refere-se as aplicações na modalidade Time Deposit, com vencimento superior a 90 dias, que é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento.

7 Contas a receber de clientes – consolidado

7.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Clientes no país		
Terceiros	1.918.437	1.989.455
Partes relacionadas 11.1 (1)	68.209	83.343
Clientes no exterior		
Terceiros	4.705.509	7.090.160
Partes relacionadas		202
Perdas de créditos esperadas	(131.548)	(30.300)
	6.560.607	9.132.860

(1) O saldo consolidado refere-se às transações com a Ibema Companhia Brasileira de Papel.

A Suzano realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Suzano e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. A decisão de ceder os recebíveis é continuamente reavaliada com base nas condições de mercado e na estratégia de fluxo de caixa da Suzano, podendo o volume de descontos variar ao longo do tempo. O

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$6.616.450 no consolidado (R\$6.821.539 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

7.2 Análise dos vencimentos

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	5.794.713	8.216.570
Valores vencidos		
até 30 dias	465.967	682.142
31 a 60 dias	89.398	134.674
61 a 90 dias	44.305	38.187
91 a 120 dias	21.225	17.701
121 a 180 dias	45.072	12.402
A partir de 181 dias	99.927	31.184
	6.560.607	9.132.860

7.3 Movimentação das perdas de crédito esperadas PECLD

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(30.300)	(31.962)
(Provisão)/Reversões, líquidas	(119.417)	(2.585)
Baixa	16.937	5.790
Variação cambial	1.232	(1.543)
Saldo no final do exercício	(131.548)	(30.300)

A Suzano mantém garantias para títulos vencidos em suas operações comerciais, por meio de apólices de seguro de crédito, cartas de crédito e outras garantias. Essas garantias evitam a necessidade de parte do reconhecimento de PECLD, de acordo com a política de crédito da Suzano.

7.4 Informações sobre os principais clientes

Em 31 de dezembro de 2025 a Suzano possuía 1 (um) cliente responsável por 11,05% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e 1 (um) cliente responsável por 12,45% no seguimento operacional papel. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía cliente responsável acima de 10,00% da receita líquida total dos segmentos operacionais celulose e papel.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

8 Estoques – consolidado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados		
Celulose		
No Brasil	644.881	801.623
No exterior	1.713.394	1.510.985
Papel		
No Brasil	587.216	561.409
No exterior	507.999	362.027
Produtos em elaboração	113.212	135.380
Matérias-primas		
Madeira para produção	2.267.720	2.287.406
Insumos e embalagens	1.037.696	1.098.894
Materiais de almoxarifado e outros	1.491.820	1.302.534
Perdas estimadas	(208.091)	(97.934)
	8.155.847	7.962.324

8.1 Movimentação da provisão para perdas

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(97.934)	(95.053)
Adições	(150.133)	(83.705)
Reversões	8.498	6.352
Baixas	31.478	74.472
Saldo no final do exercício	(208.091)	(97.934)

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, não existiam estoques oferecidos em garantia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

9 Tributos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	716.227	341.113	10.015	113.635
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado ⁽¹⁾	128.631	187.126		
PIS/COFINS - operações	567.872	789.667		
PIS/COFINS - exclusão de ICMS ⁽²⁾	324.819	405.407		
ICMS - sobre aquisição de imobilizado ⁽³⁾	472.382	471.825		
ICMS - operações ⁽⁴⁾	1.889.151	1.654.162		
Programa Reintegra ⁽⁵⁾	58.790	70.610		
Outros impostos e contribuições	119.406	64.447		
Provisão para perda de créditos de ICMS ⁽⁶⁾	(1.775.113)	(1.581.961)		
	2.502.165	2.402.396	10.015	113.635
Circulante	1.556.466	1.223.271	10.015	113.635
Não circulante	945.699	1.179.125		

- 1) Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente.
- 2) A Suzano e suas controladas ajuizaram ao longo dos anos ações para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992.
- 3) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"): Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado na Suzano são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").
- 4) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul e São Paulo, onde a Suzano busca sua realização por meio da venda a terceiros, após aprovação da Secretaria da Fazenda de cada Estado. Os créditos também estão sendo realizados por meio do consumo em suas operações de papel e bens e consumo (tissue) no mercado interno.
- 5) Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"): Refere-se a um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes, a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais.
- 6) Refere-se à provisão para perda de ICMS com baixa perspectiva de realização.

9.1 Movimentação da provisão para perda

	Consolidado - ICMS	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.581.961)	(1.452.435)
Adição	(374.166)	(316.741)
Reversão ⁽¹⁾	181.014	186.014
Baixa		1.201
Saldo no final do exercício	(1.775.113)	(1.581.961)

- (1) Refere-se, principalmente, a reversão da provisão para perda decorrente da recuperação dos créditos de ICMS do estado do Espírito Santo, mediante venda a terceiros.

9.2 Período estimado de realização

A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração da Suzano, conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado
2026	1.556.466
2027	297.806
2028	328.441
2029	162.888
2030 em diante	156.564
	2.502.165

10 Adiantamento a Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Programa de fomento florestal	2.788.262	2.503.537
Adiantamentos a fornecedores - outros	76.818	92.133
	2.865.080	2.595.670
Circulante	76.818	92.133
Não circulante	2.788.262	2.503.537

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Suzano. A Suzano fornece as mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos a avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados em volume de madeira em pé ou cortada. Adicionalmente, a Suzano apoia os produtores por meio de assessoria técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas decisões efetivamente implementadas. Ao final dos ciclos de produção, a Suzano tem assegurado contratualmente o direito de realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por valores em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11 Partes relacionadas

As operações comerciais e financeiras da Companhia e suas controladas com acionistas controladores, controladas e empresas pertencentes a Companhia ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições específicas, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação.

As transações referem-se basicamente a:

Valores ativos: (i) contas a receber pela venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) juros sobre capital próprio e dividendos a receber (iii) reembolso de despesas (iv) serviços sociais.

Valores passivos: (i) contratos de mútuo; (ii) compra de bens de consumo; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) comissão de agente; (v) serviços portuários; (vi) reembolso de despesas (vii) serviços sociais; (viii) consultoria imobiliária; e (ix) juros sobre capital próprio e dividendos a pagar.

Valores no resultado: (i) venda de celulose, papel, *tissue* e outros produtos; (ii) encargos com empréstimos e variação cambial; (iii) agenciamento de transporte rodoviário; (iv) serviços portuários;

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(v) concessão de fianças e gastos administrativos; (vi) geração e distribuição de energia; (vii) serviços sociais; e (viii) consultoria imobiliária.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas contratações, acordos ou transações de naturezas distintas celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas.

11.1 Saldos patrimoniais e montantes incorridos durante o exercício.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2025
Transações com partes relacionadas - Consolidado						
Instituto Ecofuturo - Futuro para o Desenvolvimento Sustentável	2	21			(4.961)	(5.173)
Ibema Companhia Brasileira de Papel (1)	68.209	83.343	(658)	(1.413)	189.280	211.482
Bexma Comercial Ltda.	6	150			3.826	5.760
Ficus Empreendimentos e Participacoes S.A.			(82)	(31)		
Empreendimentos Imobiliários BVF Ltda.			(81)	(30)		
Empreendimentos Imobiliários Imofors Ltda.			(161)	(61)		
Empreendimentos Imobiliários Lenar Ltda.			217	135		
SPLF Investimentos e Participações Ltda.					2.901	3.411
BS Participações S.A.					124	347
HiperStream Sistemas e Tecnologia da Informação Ltda.					508	794
Naman Capital Ltda.	333				4.758	3.477
Civelec Participações Ltda	2.895	3.860				
Fundação Arymax	5				13	5
IPLF Holding S.A.		1			5	10
Mabex Representações e Participações Ltda.			(16)	(23)	(1.165)	(915)
Woodspin Oy		203			625	854
Polpar S.A.	2					
Administradores	914	61			1.399	538
Outros acionistas						
	<u>72.366</u>	<u>87.639</u>	<u>(2.732.272)</u>	<u>(2.129.278)</u>	<u>197.313</u>	<u>220.590</u>
			<u>(2.733.053)</u>	<u>(2.130.701)</u>		
Transações com controladas diretas e indiretas - Controladora						
Suzano S.A.	412.145	630.387	(7)	(4)	310	(66)
Nemonorte Imóveis e Participações Ltda.	7				186	179
Premesa S.A.	4.439				762	795
	<u>416.591</u>	<u>630.387</u>	<u>(7)</u>	<u>(4)</u>	<u>1.258</u>	<u>908</u>
Ativos com partes relacionadas - Consolidado						
Contas a receber de clientes	68.209	83.343				
Outros ativos	4.157	4.296				
Passivo com partes relacionadas - Consolidado						
Fornecedores			(674)	(1.436)		
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar			(2.732.272)	(2.129.278)		
Outros passivos			(107)	13		
	<u>72.366</u>	<u>87.639</u>	<u>(2.733.053)</u>	<u>(2.130.701)</u>		
Ativos com controladas diretas e indiretas - Controladora						
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	412.145	630.366				
Outros ativos	4.446	21	(7)			
Passivo com controladas diretas e indiretas- Controladora						
Outros passivos				(4)		
	<u>416.591</u>	<u>630.387</u>	<u>(7)</u>	<u>(4)</u>		

1) Refere-se, principalmente, a venda de celulose.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

11.2 Remuneração dos administradores

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Benefícios de Curto Prazo				
Salário ou Pró-Labore	43.372	51.278	2.891	2.809
Benefícios Direto ou Indireto	1.460	2.085	130	189
Bônus	23.901	16.552		1.671
	<u>68.733</u>	<u>69.915</u>	<u>3.021</u>	<u>4.669</u>
Benefícios de Longo Prazo				
Pagamento baseado em ações	92.114	99.051		
	<u>160.847</u>	<u>168.966</u>	<u>3.021</u>	<u>4.669</u>

Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada).

Os benefícios de longo prazo da Suzano e suas controladas incluem planos de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS"), ações de desempenho ("Performance Shares") e direitos de valorização de ações (share appreciation rights – SAR) destinados a executivos e membros-chave da Administração, conforme regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.

12 Imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL")

A Administração da Suzano acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não bitributação, a Suzano ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua controlada situada na Áustria, de acordo com a Lei nº. 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Suzano nos autos da referida ação judicial, a Suzano decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da CSLL sobre o lucro líquido da Suzano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Não há provisão quanto ao imposto relativo a não bitributação ao lucro da referida controlada em 2025. As divulgações sobre posições tributárias incertas de imposto de renda e contribuição social (ICPC 22/IFRIC 23) estão apresentadas na nota 20.2.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.1 Impostos diferidos

12.1.1 Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo Fiscal do imposto de renda	982.480	796.831		
Base negativa da contribuição social	381.600	307.143		
Diferenças temporárias ativas				
Provisão para passivos judiciais	269.757	324.873		
Provisões operacionais	560.577	517.166	1.274	1.373
Provisões para perdas diversas	619.567	547.242		
Provisão para passivo atuarial	251.990	245.331		
Variação cambial	3.443.822	7.385.034		
Perda com Derivativos ("MtM") (1)		2.230.835		
Amortização da mais valia decorrente da combinação de negócios	620.973	625.745		
Lucro não realizado nos estoques	237.740	539.157		
Arrendamento (1)	541.431	606.944		
	7.909.937	14.126.301	1.274	1.373
Diferenças temporárias passivas				
Ágio - aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	1.878.119	1.589.887		
Imobilizado - custo atribuído	985.901	1.066.883		
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração (2)	668.603	733.640		
Juros capitalizados	937.829	947.482		
Valor justo dos ativos biológicos	1.425.535	1.317.095		
Imposto de renda e contribuição social diferido sobre mais/menos valia alocado, líquido	313.464	342.141		
Creditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	115.003	137.928		
Ganhos, com Derivativos ("MtM") (1)	66.308			
Demais diferenças temporárias	13.872	18.439		
	6.404.634	6.153.495		
Ativo não circulante	1.505.303	7.985.402	1.274	1.373
Passivo não circulante		12.596		

- 1) A Companhia e a Suzano apresentam o saldo líquido de derivativos e arrendamento, pois os ganhos e perdas dos tributos diferidos são compensados de forma simultânea. Para a linha de derivativos, a diferença temporária passiva foi de R\$3.065.768 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.001.133 no consolidado (diferença temporária passiva foi de R\$1.321.614 e a diferença temporária ativa foi de R\$3.552.449 no consolidado em 31 de dezembro de 2024). Para a linha de arrendamento, a diferença temporária passiva foi de R\$1.767.605 e a diferença temporária ativa de R\$2.309.036 no consolidado (diferença temporária passiva foi de R\$1.763.847 e a diferença temporária ativa de R\$2.370.791 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).
- 2) A depreciação incentivada é atribuída somente ao IRPJ.

12.1.2 Composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal do imposto de renda a compensar	4.013.616	3.271.082	65.282	65.426
Base negativa da contribuição social a compensar	4.303.115	3.475.877	47.904	48.049

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.1.3 Movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	7.972.806	535.324	1.373	1.475
Prejuízo fiscal do imposto de renda	185.649	(413.137)		
Base negativa da contribuição social	74.457	(149.887)		
Provisão para passivos judiciais	(55.116)	715		
Provisões operacionais e para perdas diversas	122.395	93.444	(99)	(102)
Variação cambial	(3.941.212)	5.000.881		
Perdas (ganhos) com derivativos ("MtM")	(2.297.143)	2.908.925		
Amortização da mais e menos valia decorrente de combinação de negócios	23.905	193		
Lucro não realizado nos estoques	(301.417)	387.579		
Arrendamento	(65.513)	250.834		
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente	(288.232)	(288.233)		
Imobilizado - custo atribuído	80.982	70.600		
Depreciação incentivada pelo lucro na exploração	65.037	66.217		
Juros capitalizados	9.653	(307.419)		
Valor justo do ativo biológico	(108.440)	(201.663)		
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS	22.925	12.763		
Demais diferenças temporárias	4.567	5.670		
No final do exercício	1.505.303	7.972.806	1.274	1.373

12.1.4 Período estimado de realização

A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração da Suzano que são baseadas em premissas significativas, como preço de venda médio líquido da celulose e do papel e preço de transferência com suas controladas no exterior. Todavia, há outras premissas que não estão sob o controle da Suzano e suas controladas, como índices de inflação, câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado
2026	1.171.126
2027	1.524.427
2028	161.503
2029	1.216.787
2030	635.656
2031 a 2033	623.567
2034 a 2035	2.576.871
	7.909.937

O prazo de realização dos tributos diferidos ativo acompanha, substancialmente a realização da variação cambial, quando da liquidação dos empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.2 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	20.417.450	(13.155.022)	3.989.776	(2.108.447)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	(6.941.932)	4.472.707	(1.356.524)	716.872
Efeito tributário sobre diferenças permanentes				
Impacto da diferença de tributação de resultado de controladas no Brasil e no exterior (1)	(323.634)	484.717		
Resultado de equivalência patrimonial	(32.599)	(4.734)	1.356.478	(692.779)
Juros sobre capital próprio		821.345		(28.655)
Crédito Programa Reintegra	11.449	11.896		
Gratificações dos Diretores	(26.950)	(9.587)		
Incentivos fiscais aplicáveis (nota 12.3)	289.309	336.672		
Outras (adições)/ exclusões permanentes	50.679	(50.249)	(143)	1.403
	(6.973.678)	6.062.767	(189)	(3.159)
Imposto de renda				
Corrente	(409.958)	(1.001.925)	(60)	(2.207)
Diferido	(4.733.511)	5.482.573	(73)	(75)
	(5.143.469)	4.480.648	(133)	(2.282)
Contribuição social				
Corrente	(108.514)	(367.153)	(30)	(850)
Diferido	(1.721.695)	1.949.272	(26)	(27)
	(1.830.209)	1.582.119	(56)	(877)
Resultado com imposto de renda e contribuição social no exercício	(6.973.678)	6.062.767	(189)	(3.159)

1) O efeito da diferença de tributação de empresas controladas deve-se, substancialmente, à diferença entre as alíquotas nominais do Brasil e controladas no exterior.

12.3 Incentivos fiscais

A Suzano possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”) e em áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro da atividade (lucro da exploração) e considera a alocação do lucro operacional pelos níveis de produção incentivada para cada produto.

Área/Região	Companhia	Vencimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”)		
Aracruz (ES)	Portocel	2030
Aracruz (ES)	Suzano	2031
Imperatriz (MA)	Suzano	2032
Mucuri (BA)	Suzano	2032
São Luís (MA)	Itacel	2033
Eunápolis (BA)	Veracel	2033
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (“SUDAM”)		
Belém (PA)	Suzano	2034

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

12.4 Aplicação das regras fiscais do Modelo Pilar Dois da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) anunciou as diretrizes do modelo Pilar Dois, buscando uma reforma na tributação corporativa internacional para assegurar que grupos econômicos multinacionais, abrangidos por tais normativas, contribuam com um imposto mínimo efetivo à taxa de 15% sobre o lucro. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, conforme calculado por esse modelo, é denominada alíquota efetiva Global Anti-Base Erosion Rules (“GloBE”). No contexto da Suzano, a conformidade com as diretrizes da OCDE em matéria de tributação internacional é uma prioridade estratégica.

Muitos dos países já divulgaram legislações ou planos sobre a adoção das regras do Pilar Dois e do cálculo da receita GloBE, considerando a taxa mínima global de 15% para as multinacionais com receita consolidada acima de EUR750 milhões.

Desde 2024, a Suzano está sujeita a essas novas regras em determinadas jurisdições europeias onde opera, destacando-se a Áustria como operação relevante.

E a partir de 2025, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao Adicional de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que consiste na resposta da legislação brasileira às regras GloBE e atinge grupos empresariais com carga tributária de IRPJ e CSLL inferior a 15% no Brasil.

Considerando as apurações das Regras Simplificadoras GloBE de Transição (RSGT) que têm sido realizadas, até o momento não houve impacto nas demonstrações financeiras em função deste tema.

A Companhia e suas controladas reafirmam seu compromisso com a conformidade tributária e continuarão conduzindo ações necessárias para assegurar a implementação adequada da nova regra nas jurisdições que atua, alinhando-se às melhores práticas globais e à legislação vigente.

13 Ativos biológicos - consolidado

A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	22.283.001	18.278.582
Adições	7.913.483	7.180.450
Aquisição de controladas		366.785
Exaustões	(5.352.271)	(4.831.916)
Transferências	15.233	102.790
Ganho na atualização do valor justo (nota 29)	1.516.458	1.431.530
Alienações	(107.815)	(130.922)
Baixas	(170.925)	(114.298)
Saldo no final do exercício	26.097.164	22.283.001

O cálculo do valor justo dos ativos biológicos é determinado por meio de dados não observáveis, portanto se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS 13 – Mensurações do Valor Justo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

As premissas de Incremento Médio Anual (“IMA”) e preço bruto médio de venda do eucalipto, destacam-se como sendo as principais, notadamente pela maior sensibilidade, ou seja, onde aumentos ou reduções geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

As premissas e dados utilizados na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram:

- i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos;
- ii) Áreas úteis plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio;
- iii) O IMA que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, apurado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
- iv) O custo-padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal, aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade das terras próprias;
- v) Os preços brutos médios de venda do eucalipto que foram baseados em pesquisas especializadas em transações realizadas pela Suzano com terceiros independentes; e
- vi) A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado de capital (“Weighted Average Cost of Capital – WACC”).

A mensuração das premissas consolidadas utilizadas é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Área útil plantada produtiva (hectare) elegível ao cálculo do valor justo	1.228.834	1.243.191
Ativos maduros (6 a 7 anos)	173.476	191.737
Ativos imaturos (1 a 5 anos)	1.055.358	1.051.454
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare/ano	37,46	37,62
Preço médio de venda do eucalipto - R\$/m³	111,90	101,38
Taxa de desconto (após os impostos)	8,10%	8,80%

O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.

	31/12/2025	31/12/2024
Mudanças físicas e taxa de desconto ⁽¹⁾	325.445	609.259
Preço da madeira	1.191.013	822.271
	1.516.458	1.431.530

1) Inclui a variação dos indicadores: IMA, taxa de desconto e área.

A Suzano administra os riscos financeiros e climáticos relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Para redução dos riscos decorrentes de fatores edafoclimáticos, é realizado monitoramento por meio de estações meteorológicas e, nos casos de ocorrência de pragas e doenças, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Florestal, uma área da Suzano especializada em fisiologia e fitossanidade, adota procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas. (nota 4.8).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Suzano não possui ativos biológicos oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

14 Investimentos

14.1 Composição dos investimentos, líquidos

Posição e movimentação dos investimentos em controladas :

	Suzano S.A. (1)	Premesa S.A.	Total
a) Participação no capital em 31 de dezembro de 2025			
Quantidade de ações possuídas			
Ações ordinárias	367.612.329	21.572	
Capital votante / total (2)	29,74%	98,65%	
b) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2025			
Ativo	167.935.519	7.469	
Passivo	123.983.346	4.503	
Patrimônio líquido	43.952.173	2.966	
Capital social	24.235.546	2.232	
Resultado do exercício	13.408.189	(128)	
c) Investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.742.536	9.297	12.751.833
Equivalência patrimonial	(2.039.673)	2.088	(2.037.585)
Juros sobre o capital próprio	(741.608)		(741.608)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(32.928)	250	(32.678)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (4)	(351.427)		(351.427)
Dividendos complementares de 2023		(4.143)	(4.143)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.576.900	7.492	9.584.392
Equivalência patrimonial	3.989.768	(127)	3.989.641
Dividendos a receber	(412.145)		(412.145)
Redução de Capital de controlada		(4.439)	(4.439)
Participação no ajuste de avaliação patrimonial (3)	(102.130)		(102.130)
Perda apurada na recompra de ações pela controlada (4)	(20.811)		(20.811)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	13.031.582	2.926	13.034.508

- (1) Última cotação em bolsa por ação ordinária – R\$ 51,45 em 30 de dezembro de 2025, o valor de mercado desse investimento naquela data era de R\$ 18.913.654;
- (2) Em 28 de setembro de 2017, com o objetivo de consolidar o controle da Suzano, David Feffer, Daniel Feffer, Jorge Feffer, Ruben Feffer e Suzano Holding S.A. celebraram Acordo de Voto para regular, dentre outras avenças, o exercício do direito de voto relacionado às ações de emissão da Suzano de sua titularidade e vinculadas ao referido Acordo de Voto. Em 16 de janeiro de 2019, o acionista Alden Fundo de Investimento em Ações aderiu ao referido Acordo, por meio do Termo de Adesão, com o objetivo de consolidar a participação detida pelo Alden ao controle da Suzano; e (ii) regular determinados direitos e obrigações dos acionistas.

A contraprestação paga para a aquisição do controle da Fibria se deu parte em dinheiro e parte em ações da Suzano. Com a emissão de novas ações da Suzano em favor dos então acionistas da Fibria, houve diluição da participação da Companhia na Suzano, fazendo com que ela caísse para abaixo de 50%, mesmo considerando o Acordo de Voto descrito no parágrafo acima. Essa situação requer que a administração avalie se o controle é mantido, especialmente quando perdendo a condição de acionista majoritário. A administração avaliou os fatos e circunstâncias mais relevantes, quantitativa e qualitativamente, incluindo a dispersão acionária, e conclui, apoiada em opinião de assessores externos, pela existência do de facto control i.e. a Companhia tem a habilidade prática de controlar a Suzano. Por consequência, concluiu pela manutenção da consolidação da Suzano, mesmo após a conclusão da aquisição da Fibria.
- (3) Participação no ajuste de avaliação patrimonial, decorrente de alterações de participação acionária, ganho atuarial e variação cambial reconhecida pela controlada;
- (4) Através de programas de recompra de ações, a Suzano recomprou em 2025 3.333.040 ações ordinárias no mercado, essas recompras provocaram um aumento no percentual de participação da Companhia na Suzano de 0,080% e uma perda de R\$ 20.811 registrada no investimento contra Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15 Imobilizado – consolidado

	Controladora					Consolidado	
	Total	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações	Imobilizado em andamento	Outros ⁽¹⁾	Total
Taxa de depreciação média a.a %			3,28	7,46		20,69	
Custo acumulado	1.199	14.859.189	10.032.317	48.456.537	17.485.109	1.492.870	92.326.022
Depreciação acumulada	(638)		(4.125.823)	(27.918.585)		(991.978)	(33.036.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	561	14.859.189	5.906.494	20.537.952	17.485.109	500.892	59.289.636
Adições	20	697	558	415.147	7.490.762	28.923	7.936.087
Aquisição de controladas		1.699.588	775	413		1.992	1.702.768
Baixas		(10.724)	(7.455)	(118.499)		(9.324)	(146.002)
Depreciação	(70)		(366.398)	(3.214.550)		(223.063)	(3.804.011)
Transferências e outros		226.598	3.988.619	16.660.035	(21.465.336)	598.162	8.078
Custo acumulado	1.219	16.775.348	13.816.631	62.822.096	3.510.535	1.807.817	98.732.427
Depreciação acumulada	(708)		(4.294.038)	(28.541.598)		(910.235)	(33.745.871)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	511	16.775.348	9.522.593	34.280.498	3.510.535	897.582	64.986.556
Adições	23	3.080	262	649.533	3.880.270	45.704	4.578.849
Baixas		(64.222)	(54.566)	(152.457)		(154.907)	(426.152)
Depreciação	(71)		(434.875)	(4.123.031)		(287.341)	(4.845.247)
Transferências e outros		5.980	896.470	3.524.210	(4.626.006)	201.995	2.649
Custo acumulado	1.242	16.720.186	14.589.194	66.353.229	2.764.799	1.831.257	102.258.665
Depreciação acumulada	(779)		(4.659.310)	(32.174.476)		(1.128.225)	(37.962.011)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	463	16.720.186	9.929.884	34.178.753	2.764.799	703.032	64.296.654

(1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento material que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado.

15.1 Bens oferecidos em garantia

Em 31 de dezembro de 2025, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia, compostos substancialmente pelas unidades de Ribas do Rio Pardo, Três Lagoas e Imperatriz, estão apresentados a seguir:

	Tipo de garantia	Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	Financeiro/Jurídico	25.562	24.427
Imóveis	Financeiro	1.719.004	1.755.082
Máquinas, equipamentos e instalações	Financeiro	19.437.703	20.442.189
Imobilizado em andamento	Financeiro	339.063	427.998
Outros	Financeiro	48.475	43.487
		21.569.807	22.693.183

15.2 Custos dos empréstimos capitalizados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$274.731 no consolidado (R\$959.968 em 31 de dezembro de 2024). A taxa média ponderada, ajustada pela equalização dos efeitos cambiais, utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi 13,35% a.a. no consolidado (11,17% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

15.3 Descomissionamento de ativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Suzano apresentava o montante de R\$68.681 no consolidado (R\$65.327 em 31 de dezembro de 2024) decorrentes de uma obrigação presente baseada em eventos futuros de descomissionamento de aterros industriais. O passivo correspondente está registrado a rubrica de "Outros passivos", segregado entre circulante e não circulante, conforme a expectativa de liquidação.

16 Intangível - consolidado

16.1 Ativos intangíveis com vida útil indefinida

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ágio – Facepa (Fábrica de Tissue em Belém/PA)	119.332	119.332
Ágio – Fibria	7.897.051	7.897.051
Ágio – MMC Brasil (Fábrica de Tissue em Mogi das Cruzes/SP)	170.859	170.859
Outros ⁽¹⁾	5.097	5.097
	8.192.339	8.192.339

1) Referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados.

O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura foi alocado às unidades geradoras de caixa e estão divulgados na nota 28.4.

Para a Unidade Geradora de Caixa ("UGC") de Celulose, o teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2025 foram utilizados, como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Suzano com projeções de crescimento até o ano de 2030 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal de 3,63% a.a., a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Suzano atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais.

A taxa de desconto nominal, depois dos impostos, utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 8,87% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost of Capital – WACC").

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Adicionalmente, foram adotadas as premissas apresentadas na tabela a seguir:

Preço líquido médio da celulose – Mercado externo (US\$/tonelada)	634,3
Preço líquido médio da celulose – Mercado interno (US\$/tonelada)	681,4
Taxa de câmbio médio (R\$/US\$)	5,46
Taxa de desconto (depois dos impostos)	8,87% a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,3% a.a.

Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2025, o valor recuperável é superior ao valor contábil e consequentemente, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment).

Para a Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) de Papel, o teste de recuperabilidade dos ativos é realizado anualmente com base na estimativa do valor justo líquido de despesas de venda, determinado por meio da aplicação de múltiplos de mercado EV/EBITDA, considerando empresas comparáveis do mesmo setor e as características específicas das operações da Suzano. Com base nas análises efetuadas pela Administração, em 2025, não foi identificado ajuste para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment).

Se a taxa de desconto depois dos impostos, aplicada às projeções de fluxo de caixa de ambas as unidades geradoras de caixa tivesse sido 1% superior às estimativas da administração (9,87% ao invés de 8,87%), a Suzano ainda não precisaria registrar uma provisão para redução ao valor recuperável.

A Suzano avaliou possíveis mudanças nas premissas de preço e câmbio e não identificou quaisquer casos que pudessem fazer com que o valor contábil das unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

16.2 Ativos intangíveis com vida útil definida

		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício		5.709.964	6.557.009
Adições		82.492	161.779
Baixas		(3.015)	
Amortização		(1.011.088)	(1.008.824)
No final do exercício		4.778.353	5.709.964
Representados por			
	Taxa média % a.a.		
Acordo de não competição			4.508
Concessão de portos	3,94	621.842	632.253
Contratos de fornecedores	12,70	11.111	25.925
Contratos de serviços portuários	4,26	491.094	520.459
Cultivares			20.391
Marcas e patentes	8,14	154.846	170.306
Relacionamento com clientes	9,10	3.283.919	4.104.900
Softwares	25,45	206.635	201.476
Outros	10,00	8.906	29.746
		4.778.353	5.709.964
Custo		12.617.166	12.540.497
Amortização		(7.838.813)	(6.830.533)
No final do exercício		4.778.353	5.709.964

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano avaliou os impactos de negócio, mercado e climático e não identificou nenhum evento material que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação e qualquer provisão referente ao valor recuperável (impairment) dos ativos intangíveis com vida útil definida.

17 Fornecedores – consolidado

		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024
Em moeda nacional			
Terceiros ⁽¹⁾		4.065.115	4.681.065
Partes relacionadas (nota 11.1) ⁽²⁾		681	1.457
Em moeda estrangeira			
Terceiros		1.075.590	1.350.763
Partes relacionadas (nota 11.1)			
		5.141.386	6.033.285

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (1) Dentro do saldo de fornecedores existem valores que foram objeto de antecipação com instituições financeiras por opção exclusiva de determinados fornecedores (Risco Sacado), sem alteração das condições de compra originalmente definidas (prazos de pagamentos e preços negociados). O saldo referente a tais operações em 31 de dezembro de 2025 era de R\$438.830 (R\$555.063 em 31 de dezembro de 2024) no consolidado.
- (2) O saldo consolidado refere-se, substancialmente, a transações com Ibema Companhia Brasileira de Papel.

17.1 Compromissos de longo prazo – consolidado

17.1.1 Contratos de longo prazo com cláusula de fornecimento mínimo

No curso normal de seus negócios, a Suzano celebra contratos de longo prazo na modalidade take or pay com fornecedores de produtos químicos, transporte e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, é adquirido o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em adição ao montante que é reconhecido mensalmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, esses compromissos de longo prazo totalizam R\$25.236.794 (R\$26.239.939 em 31 de dezembro de 2024).

17.1.2 Permuta e Aquisição de ativos biológicos

Em linha com a estratégia da Suzano de expansão florestal e otimização do abastecimento de madeira para suas operações no Estado de Mato Grosso do Sul, foram celebrados, em agosto de 2025, contratos de permuta e aquisição de ativos biológicos. Nos termos desses contratos, a Suzano receberá volumes determinados de ativos biológicos entre os anos de 2025 e 2027. Em contrapartida, no âmbito do contrato de permuta, deverá ceder volumes equivalentes entre 2028 e 2031.

Em 15 de setembro de 2025, foi realizado um pagamento no valor de R\$878.049 referente ao contrato de permuta. Os valores remanescentes a pagar totalizam R\$1.962.554, sendo R\$819.970 com vencimento em 2026 e R\$1.142.584 em 2028, conforme cronograma contratual.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures – consolidado

18.1 Abertura por modalidade

Modalidade	Moeda	Indexador	Encargo médio % a.a.	Consolidado					
				Circulante		Não circulante		Total	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Em moeda estrangeira									
Bonds	USD	Fixo	5,00%	815.478	3.229.641	42.405.964	49.166.804	43.221.442	52.396.445
Panda Bonds	CNY	Fixo	2,70%	6.785	4.224	2.039.941	1.016.331	2.046.726	1.020.555
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	USD	SOFR/Fixo	5,10%	923.820	6.236.806	16.901.305	16.283.736	17.825.125	22.520.542
ECA - Export Credit Agency	USD	SOFR	5,70%	17.426	7.297	1.778.184	769.702	1.795.610	776.999
Financiamento de ativos	USD	SOFR	2,90%	107.159	137.300	178.526	298.252	285.685	435.552
IFC - International Finance Corporation ⁽¹⁾	USD	SOFR	5,20%	(5.485)	(12.051)	5.182.737	5.858.208	5.177.252	5.846.157
Outros				5.516	4.210		4.455	5.516	8.665
				1.870.699	9.607.427	68.486.657	73.397.488	70.357.356	83.004.915
Em moeda nacional									
BNDES	BRL	UMBDES	6,60%	5.794	157	468.025	157.555	473.819	157.712
BNDES	BRL	TJLP	8,60%	89.150	100.556	11.802	101.587	100.952	202.143
BNDES	BRL	TLP	13,50%	178.549	94.903	5.562.188	4.607.102	5.740.737	4.702.005
BNDES	BRL	SELIC	16,10%	282.017	243.223	514.605	704.825	796.622	948.048
BNDES	BRL	TR	4,00%	9.933	84	153.762	70.015	163.695	70.099
Financiamento de ativos	BRL	CDI	15,50%	18.799	18.427	38.214	56.956	57.013	75.383
NCE ("Nota de Crédito à Exportação")	BRL	CDI	16,20%	4.157	3.027	100.000	100.000	104.157	103.027
NCR ("Nota de Crédito Rural")	BRL	CDI	13,70%	369.572	312.652	5.000.000	2.000.000	5.369.572	2.312.652
Ecoinvest	BRL	CDI	13,40%	7.094		327.263		334.357	
CPR - Cédula de produto rural	BRL	CDI/IPCA	14,20%	41.894		1.954.437		1.996.331	
Debêntures	BRL	CDI/IPCA	14,10%	127.247	120.931	9.179.399	9.738.616	9.306.646	9.859.547
				1.134.206	893.960	23.309.695	17.536.656	24.443.901	18.430.616
				3.004.905	10.501.387	91.796.352	90.934.144	94.801.257	101.435.531
Juros sobre financiamento				1.525.436	1.541.312			1.525.436	1.541.312
Financiamentos captados a longo prazo				1.479.469	8.960.075	91.796.352	90.934.144	93.275.821	99.894.219
				3.004.905	10.501.387	91.796.352	90.934.144	94.801.257	101.435.531

(1) Os saldos apresentados como negativos incluem custeios de captação ("fees")

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.2 Cronograma de vencimentos – não circulante

	Consolidado					
	2027	2028	2029	2030	2031	2032 em diante
Em moeda estrangeira						Total
Bonds		2.738.532	9.483.763	5.432.629	6.880.029	17.871.011
Panda Bonds	942.700	1.018.648		78.593		
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	3.298.964	3.433.498	3.905.821	5.382.592	880.430	
Financiamento de ativos	106.899	65.487	6.140			
ECA - Export Credit Agency					684.513	1.093.671
IFC - International Finance Corporation	278.177	1.415.340	2.304.815	1.184.405		
	4.626.740	8.671.505	15.700.539	12.078.219	8.444.972	18.964.682
Em moeda nacional						
BNDDES – TJLP	3.727	3.727	3.727	621		
BNDDES – TLP	159.985	157.152	142.987	377.906	477.203	4.246.955
BNDDES – Fixo	10.100	10.100	10.100	10.100	10.100	417.525
BNDDES – Selic	39.390	39.390	39.390	39.390	39.390	317.655
BNDDES – TR	11.068	11.068	11.068	11.068	11.068	98.422
Ecoinvest			73.617	73.617	73.617	106.412
Financiamento de ativos	19.113	19.033	68			
NCE ("Nota de crédito à exportação")	25.000	25.000	25.000	25.000		
CPR - Cédula de produto rural						1.954.437
NCR ("Nota de Crédito Rural")				2.000.000	3.000.000	
Debêntures				553.536	500.000	8.125.863
	268.383	265.470	305.957	3.091.238	4.111.378	15.267.269
	4.895.123	8.936.975	16.006.496	15.169.457	12.556.350	34.231.951

18.3 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Início do exercício	101.435.531	77.172.692
Captações líquidas de custo de transação, ágio e deságio	23.871.760	15.692.905
Juros apropriados	5.953.778	5.413.707
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(8.384.101)	17.728.324
Pagamento de principal	(22.353.325)	(9.410.807)
Pagamento de juros	(5.817.907)	(5.241.389)
Amortização de custo de transação, ágio e deságio	101.803	80.099
Outras	(6.282)	
Fim do exercício	94.801.257	101.435.531

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.4 Custo de captação

O custo de captação é amortizado com base nas vigências dos contratos e taxa de juros efetiva.

Modalidade	Custo	Amortização	Consolidado	
			Saldo a amortizar	
			31/12/2025	31/12/2024
<i>Bonds</i>	411.818	269.220	142.598	168.450
<i>Panda Bonds</i>	6.183	566	5.617	
CPR - Cédula de produto rural	65.177	1.358	63.819	
Créditos de exportação ("Pré-pagamento de exportação")	180.466	108.854	71.612	63.080
Debêntures	156.800	46.391	110.409	125.663
BNDES	97.685	56.662	41.023	25.777
ECA - Export Credit Agency	13.615	1.543	12.072	
IFC - International Finance Corporation	81.956	24.770	57.186	78.719
Outros	4.797	156	4.641	6.799
	1.018.497	509.520	508.977	468.488

18.5 Garantias

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas de garantia, nas quais são oferecidos os próprios equipamentos financiados ou outros ativos imobilizados são indicados pela Suzano, conforme divulgado na nota 15.1.

A Suzano não possui contratos com cláusulas restritivas financeiras (*covenants* financeiros) a serem cumpridos.

18.6 Operações relevantes contratadas no exercício

18.6.1 Pré-pagamento de exportação

Em 10 de março de 2025, a Suzano efetuou, junto a um sindicato de bancos no exterior, a captação de um pré-pagamento de exportação ("PPE") com valor de US\$1.200.000 (equivalentes a R\$6.951.600), com taxa flutuante em Term SOFR 3 meses + 1,45% a.a. com vencimento final em março de 2031.

Em 24 de abril de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um PPE com valor de US\$250.000 (equivalentes a R\$ 1.418.488), com taxa flutuante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030.

Em 24 de abril de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco JP Morgan, a captação de um PPE como estratégia de renovação de vencimento de dívida, com valor de US\$151.000 (equivalentes a R\$ 856.552), com taxa flutuante em Term SOFR 6 meses + 1,75% a.a. com vencimento final em abril de 2030.

Em 03 de julho de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco MUFG, a captação de um PPE com valor de US\$100.000 (equivalentes a R\$542.080), com taxa flutuante em Term SOFR 3 meses + 1,5% a.a. com vencimento final em julho de 2031.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

18.6.2 Nota de crédito rural ("NCR")

Em 23 de maio de 2025, a Suzano efetuou, junto ao banco Itaú Unibanco, a captação de uma Nota de Crédito Rural ("NCR") com valor de R\$3.000.000, indexados pela taxa fixa de 13,54% a.a., com vencimento em 31 de janeiro de 2031.

18.6.3 Eco Invest ("Ecoinvest")

Em 27 de junho de 2025, a Suzano efetuou, através de sua joint operation Veracel, junto ao Banco do Brasil, a captação de um crédito agroindustrial do programa Eco Invest Brasil com valor de R\$331.278, com taxa 101% do CDI e vencimento em 05 de abril de 2030.

18.6.4 Export Development Canada ("EDC")

Em 21 de julho de 2025, a Suzano efetuou, junto ao EDC a captação de um financiamento no valor de US\$200.000 (equivalentes a R\$1.112.500) com taxa flutuante de Daily SOFR + 1,75% a.a., com vencimento final em julho de 2032.

18.6.5 Cédula do Produto Rural ("CPR")

Em 15 de setembro de 2025, a Suzano captou a CPR no valor total de R\$2.000.000. A CPR é composta por três partes: (i) montante de R\$293.255 ao custo de 96,50% do CDI e prazo total de oito anos, com amortização integral em setembro de 2033; (ii) montante de R\$956.745 ao custo de IPCA + 7,0753% a.a. e prazo total de dez anos, com amortização integral em setembro de 2035; e (iii) montante de R\$750.000 ao custo de IPCA + 7,0968% a.a. e prazo total de doze anos, com amortizações integral em setembro de 2037.

18.6.6 Bonds 2036

Em 10 de setembro de 2025, a Suzano, através de sua subsidiária integral Suzano Netherlands B.V., efetuou junto ao mercado a captação de um bond no valor de US\$1.000.000 (equivalentes a R\$5.412.300) com taxa fixa de 5,5% a.a. e vencimento final em janeiro de 2036.

18.6.7 Panda Bonds

Em 21 de outubro de 2025, a Suzano, através da sua subsidiária integral Suzano International Finance B.V, efetuou a emissão de duas séries de Panda Bonds na China, a primeira série no valor de CNY1.300.000 (equivalentes a US\$182.734 e R\$983.986), ao custo fixo de 2,55% a.a. e vencimento em outubro de 2028 e a segunda série no valor de CNY100.000 (equivalente a US\$14.056 e R\$75.691) ao custo de 2,90% a.a. e vencimento em outubro de 2030.

18.7 Operações relevantes liquidadas no exercício

Em 14 de janeiro de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um bond ao custo 4% a.a., operação à mercado, no valor total de US\$346.445 (equivalentes a R\$ 2.101.917 (principal e juros)).

Em 10 de março de 2025, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada, um PPE, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$1.486.064 (equivalentes a R\$8.608.769 (principal e juros)). O valor residual da operação manteve seu vencimento original em março de 2027 com taxa flutuante em SOFR + 1,4% a.a.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Em 24 de março de 2025, a Suzano liquidou, uma Cédula de Produtor Rural ("CPR"), junto ao banco Safra, no valor total de R\$221.942 (principal e juros). O vencimento da CPR foi em março de 2025 e a taxa de 100% do CDI a.a.

Em 24 de abril de 2025, a Suzano liquidou, de forma antecipada, um PPE no custo Term SOFR 3 meses + 1,93% a.a., junto ao banco JP Morgan, no valor total de US\$153.869 (equivalentes a R\$873.023 (principal e juros)).

Em 17 de maio de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$106.585 (equivalentes a R\$605.819 (principal e juros)).

Em 21 de maio de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$37.123 (equivalentes a R\$210.942 (principal e juros)).

Em 09 de junho de 2025, a Suzano liquidou, conforme vencimento, um ACC, junto ao banco BNP Paribas, no valor total de US\$ 15.988 (equivalentes a R\$89.170 (principal e juros)).

Em 11 de setembro de 2025, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada através de um Tender Offer, um bond no valor total US\$401.545 (equivalentes a R\$2.162.639 (principal e juros)) como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O montante restante do instrumento foi liquidado em 19 de setembro de 2025, através de uma operação de make whole, no valor de US\$304.737 (equivalente a R\$ 1.623.519 (principal e juros)). O vencimento original do bond era em janeiro de 2027 e a taxa de 5,5% a.a.

Em 11 de setembro de 2025, a Suzano liquidou parcialmente, de forma antecipada através de um Tender Offer, um bond no valor total US\$233.807 (equivalentes a R\$1.259.239 (principal e juros)) como parte da estratégia de uma rolagem de dívida. O vencimento original do bond era em janeiro de 2026 e a taxa de 5,75% a.a.

Em 26 de setembro de 2025, a Suzano realizou a amortização extraordinária total sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da 8ª emissão, mediante o pagamento do valor total de R\$811.766 (Principal e juros).

Em 14 de outubro de 2025, a Suzano liquidou, de forma antecipada, um PPE no custo Term SOFR 3 meses + 1,41% a.a., junto ao banco Bank of China, no valor total de US\$ 47.350 (equivalentes a R\$260.342 (principal e juros)).

Em 15 de outubro de 2025, a Suzano liquidou de forma antecipada, através de uma operação de make Whole, o montante restante do bond com vencimento original em janeiro de 2026 e taxa de 5,75% a.a. A operação foi no valor de US\$ 289.069 (equivalente a R\$ 1.574.386 (principal e juros)).

Em 13 de novembro de 2025, a Suzano liquidou totalmente, de forma antecipada, um PPE, junto a diversos bancos (operação sindicalizada), no valor total de US\$ 51.850 (equivalentes a R\$273.873 (principal e juros)). O vencimento original era março de 2027 com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a.

Em 08 de dezembro de 2025, a Suzano liquidou totalmente o saldo remanescente do PPE liquidado parcialmente em 10 de março de 2025, no valor de US\$ 81.124 (equivalente a R\$440.091 (principal e juros)). A linha possuía com taxa flutuante em SOFR + 1,41% a.a.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19 Arrendamento

19.1 Direito de uso

A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado					Controladora
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Imóveis
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.380.298	184.813	131.994	1.498.228	5.860	4.562
Adições/atualizações	506.373	157.542	41.417		39.076	182
Depreciações (1)	(408.000)	(167.312)	(55.243)	(124.890)	(2.587)	(968)
Baixas (2)	(3.102)					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.475.569	175.043	118.168	1.373.338	42.349	3.776
Adições/atualizações	618.637	212.173	135.833	10.765		174
Depreciações (1)	(441.499)	(200.883)	(59.647)	(122.833)	(1.622)	(1.017)
Baixas (2)	(327)	(277)	(65)		(669)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.652.380	186.056	194.289	1.261.270	40.727	2.933

(1) O montante de depreciação relativo aos arrendamentos de terras e terrenos foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

(2) Baixas decorrentes de cancelamentos de contratos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não estavam comprometidas com contrato de arrendamento ainda não iniciado.

19.2 Contas a pagar de arrendamento

O saldo de contas a pagar de arrendamento no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, mensurados a valor presente e descontados pelas respectivas taxas de descontos são apresentados a seguir:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto % a.a. (1)	Vencimento final (2)	Consolidado
			Valor presente do passivo
Terras e terrenos	12,62%	setembro/2053	4.173.418
Máquinas e equipamentos	11,65%	abril/2035	312.782
Imóveis	11,27%	fevereiro/2035	194.453
Navios e embarcações	11,25%	fevereiro/2039	2.231.092
Veículos	11,10%	novembro/2028	21.513
			6.933.258

(1) Para a determinação das taxas de desconto, foi utilizada a taxa de mercado CDI obtida na curva do site oficial da B3, considerando o prazo equivalente ao vencimento final e a natureza dos contratos.

(2) Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A movimentação é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	6.977.064	6.248.568	4.149	4.786
Adições	977.408	744.542	174	316
Baixas	(669)	(3.102)		
Pagamentos	(1.449.476)	(1.326.837)	(1.503)	(1.439)
Apropriação de encargos financeiros (1)	733.890	700.769	548	486
Variação cambial	(304.959)	613.124		
Saldo no final do exercício	6.933.258	6.977.064	3.368	4.149
Circulante	858.920	873.175	1.110	947
Não circulante	6.074.338	6.103.889	2.258	3.202

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$265.463 no consolidado (R\$249.135 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), foi reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente, relativos ao passivo de arrendamento, está divulgado na nota 4.2.

19.2.1 Valores reconhecidos no resultado do exercício

A posição dos saldos é apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativos de curto prazo	3.191	6.477
Ativos de baixo valor	56	4.083
	3.247	10.560

19.2.2 Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024	
Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	13.285.263	6.933.258	12.104.369	6.977.064
PIS/COFINS potencial (9,25%) (1)	592.591	336.200	525.603	294.621

1) Incidente sobre os contratos estabelecidos com pessoas jurídicas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19.2.3 Fluxo projetado com inflação

Os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal são apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo real				
Direito de uso	5.334.722	5.184.467	2.933	3.776
Passivo de arrendamento	11.910.823	12.144.992	7.062	6.818
Encargos financeiros	(4.971.693)	(5.166.185)	2.178	(926)
	6.939.130	6.978.807	9.240	5.892
Fluxo inflacionado				
Direito de uso	6.842.463	6.658.962	3.762	4.850
Passivo de arrendamento	14.546.545	14.680.662	8.625	8.241
Encargos financeiros	(6.124.806)	(6.265.471)	2.683	(1.123)
	8.421.739	8.415.191	11.308	7.118

20 Provisão para passivos judiciais

A Suzano está envolvida em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários.

A Companhia e suas controladas classificam o risco de perda dos processos legais, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

A Administração da Suzano acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as provisões para riscos tributários, previdenciários, trabalhistas, cíveis, ambientais e imobiliários, constituídas de acordo com o CPC 25/IAS 37, são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.1 Saldos e movimentação da provisão por natureza dos processos com risco de perda provável, líquido dos depósitos judiciais

	Consolidado				31/12/2025
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ^{(1) (2)}	Total
Saldo no início do exercício	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Pagamentos	(71.692)	(113.840)	(9.176)		(194.708)
Reversões	(51.228)	(99.936)	(55.513)	(32.368)	(239.045)
Adições	14.650	128.217	14.056		156.923
Atualização monetária	40.069	27.991	20.491		88.551
Saldo de provisão	339.763	296.358	185.411	2.095.357	2.916.889
Depósitos judiciais ⁽³⁾	(31.579)	(62.334)	(21.238)		(115.151)
Saldo no final do exercício	308.184	234.024	164.173	2.095.357	2.801.738

(1) Montantes decorrentes de passivos contingentes de natureza tributária no montante de R\$1.962.549 e cível no montante de R\$132.808, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

(3) Os valores apresentados referem-se exclusivamente aos depósitos judiciais que possuem direito legal de compensação.

	Consolidado				31/12/2024
	Tributários e previdenciários	Trabalhistas	Cíveis, ambientais e imobiliários	Passivos contingentes assumidos ^{(1) (2)}	Total
Saldo no início do exercício	468.839	349.058	139.435	2.155.545	3.112.877
Pagamentos	(60.081)	(89.221)	(6.795)		(156.097)
Reversões	(9.540)	(89.941)	(1.951)	(27.820)	(129.252)
Adições	4.689	162.456	72.605		239.750
Atualização monetária	4.057	21.574	12.259		37.890
Saldo de provisão	407.964	353.926	215.553	2.127.725	3.105.168
Depósitos judiciais	(66.746)	(91.596)	(20.076)		(178.418)
Saldo no final do exercício	341.218	262.330	195.477	2.127.725	2.926.750

(1) Montantes decorrentes de processos com probabilidade de perda possível e remota de naturezas tributária no montante de R\$1.994.444 e cível no montante de R\$133.281, mensurados e registrados pelo valor justo estimado resultante da combinação de negócios com a Fibria.

(2) Reversão decorrente de mudança de prognóstico e/ou encerramento de processos.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.1.1 Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía 56 (58 em 31 de dezembro de 2024) processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Suzano e pela Administração.

20.1.2 Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía 1.152 (1.178 em 31 de dezembro de 2024) processos trabalhistas.

Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Suzano.

20.1.3 Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía 73 (97 em 31 de dezembro de 2024) processos cíveis, ambientais e imobiliários.

Os processos cíveis, ambientais e imobiliários provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras.

20.2 Processos com risco de perda possível

A Suzano possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	10.433.658	9.844.717
Trabalhistas	189.506	171.480
Cíveis, ambientais e imobiliários ^{(1) (2)}	1.023.689	5.065.714
	11.646.853	15.081.911

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (1) Valores líquidos do saldo de menos valia alocado aos processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$2.076.296 no consolidado (R\$2.108.635 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), que foram registradas pelo valor justo resultante das combinações de negócios com a Fibria, conforme apresentado na nota 20.1.1 acima.
- (2) A Suzano é ré em uma Ação Civil Pública ("ACP") que dispõe sobre indenização por danos causados às rodovias federais em razão do transporte de madeira acima do peso permitido. Com base em decisão recente do Superior Tribunal de Justiça ("STJ"), a qual fixou a tese de responsabilidade civil sem critérios claros e objetivos de liquidação, bem como alteração do índice de correção monetária de IGPM/FGV para SELIC, a Suzano reavaliou o valor de exposição desta ação em aproximadamente R\$ 352.442. Essa estimativa realizada pela administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, é baseada em cenários com maior similaridade de autos de infração sofridos por outras companhias e apurados conforme critérios de quantificação aplicados pelo Ministério Público Federal ("MPF"). Dessa forma, diante da ausência de critérios claros e objetivos para a mensuração de tais causas por parte do MPF em causas de natureza similar, a estimativa atual da administração pode sofrer alterações, sendo superior ou inferior, condicionado à decisão final do MPF/TRF1 com relação a causa da Companhia.

20.2.1 Tributários e previdenciários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía 635 processos tributários e previdenciários no total de R\$10.433.658 (676 processos no total de R\$9.844.717 em 31 de dezembro de 2024).

Os demais processos tributários e previdenciários referem-se a diversos tributos, tais como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, Contribuições Previdenciárias, ICMS, Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias.

A seguir, são divulgadas as contingências relevantes referentes às seguintes matérias:

- (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - Permuta de ativos industriais e florestais: Trata-se de ação anulatória que visa a anulação de Processo Administrativo instaurado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, em decorrência da permuta de ativos realizada com a International Paper ("IP"). Em dezembro de 2012, a Suzano foi autuada pela RFB, e, em janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"), por voto de qualidade do Presidente do CARF, julgou a defesa da Suzano improcedente. A Suzano foi intimada da decisão em maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário. O processo encontra-se devidamente garantido. A ação judicial foi julgada de maneira favorável aos interesses da Suzano e atualmente aguarda-se o julgamento do recurso de apelação da Fazenda Nacional. Em dezembro de 2023, nos termos do 2º artigo da Lei nº 14.689/23, relacionada ao artigo 25, § 9º-A, do Decreto nº 70.235/72, as Certidões de Dívida Ativa foram retificadas de modo a cancelar definitivamente os valores relacionados a multa de ofício e seus encargos. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível, exceto pelo provisionamento do valor equivalente ao passivo contingente assumido decorrente da combinação de negócios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$1.861.899 (R\$1.688.690 em 31 de dezembro de 2024).
- (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL: Trata-se de processo administrativo instaurado em outubro de 2023, decorrente de autos de infração de IRPJ e CSLL lavrados em face de Suzano S.A., relativamente ao ano-calendário de 2019. Imputam-se infrações sobre: (i) despesas indedutíveis; (ii) indevida dedução de despesas operacionais; (iii) lucros auferidos no

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

exterior por empresa subsidiária; (iv) amortização de ágio; (v) falta de adição de gratificação paga a diretores à base de cálculo da CSLL, e (vi) prejuízo fiscal e base negativa da CSLL. A Suzano apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Ato seguinte, foi apresentado recurso voluntário pela Suzano que teve seu provimento parcial. Atualmente, aguarda-se a intimação do acórdão. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$1.008.823 (R\$920.628 em 31 de dezembro de 2024).

(iii)Auto de infração - IRPJ/CSLL – Glosa da depreciação, amortização e exaustão – Período 2010: Em dezembro de 2015, a Suzano foi autuada para cobrança de IRPJ e CSLL sob a suposta alegação de indedutibilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Suzano em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Suzano apresentou impugnação administrativa, que foi julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Suzano em novembro de 2017. O julgamento foi convertido em diligência e, atualmente aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$931.979 (R\$875.466 em 31 de dezembro de 2024).

(iv)Auto de infração – Créditos de IRPJ e CSLL: Em 05 de outubro de 2020, a Suzano foi notificada acerca do Auto de Infração lavrado pela RFB visando a cobrança de créditos de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), decorrentes da reapuração dos lucros de sua controlada Suzano Trading Ltd. nos anos de 2014, 2015 e 2016. A Suzano, com base nos assessores jurídicos contratados para apresentação da defesa, classifica o prognóstico como perda possível quanto à alegação referente à Suzano. A Suzano apresentou a defesa administrativa e o julgamento foi convertido em diligência. A impugnação apresentada pela Suzano foi julgada parcialmente procedente, e irá apresentar recurso voluntário para a parcela que foi desfavorável. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$663.188 (R\$609.548 em 31 de dezembro de 2024).

(v)PIS/COFINS – Bens e Serviços – Período 2009 a 2011: Em dezembro de 2013, a Suzano foi autuada pela RFB exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculados às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Suzano foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, foi interposto recurso especial pela Suzano, e foram admitidas determinadas divergências para apreciação da Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"). A Fazenda Nacional também interpôs recurso especial à Câmara Superior. A CSRF negou provimento ao recurso da Fazenda Nacional e deu parcial provimento ao recurso da Suzano. Atualmente, aguarda-se

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

a intimação do acórdão da CSRF. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$213.286 (R\$201.199 em 31 de dezembro de 2024).

(vi) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENE"): Em 2002, a Suzano pleiteou e teve reconhecido pela Secretaria da Receita Federal (SRF), sob a condição de realizar novos investimentos em suas unidades localizadas na área de abrangência da ADENE, o direito de usufruir do benefício da redução do IRPJ e adicionais, não restituíveis, apurados sobre o lucro da exploração, para as fábricas A e B (período de 2003 a 2013) e fábrica C (período de 2003 a 2012), todas da unidade Aracruz, depois de ter aprovado com a SUDENE os devidos laudos constitutivos. Em 2004, a Suzano recebeu ofício do inventariante extrajudicial da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), informando que o direito à fruição do benefício anteriormente concedido foi julgado improcedente, de forma que providenciaria a sua revogação. Em 2005, foi lavrado auto de infração exigindo supostos valores relativos ao incentivo fiscal até então usufruído. Após discussão administrativa, o auto de infração foi julgado parcialmente procedente no sentido de reconhecer o direito da Suzano de usufruir do incentivo fiscal devido até o ano de 2003. A Administração da Suzano, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial e aguarda-se o julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Suzano em face da sentença desfavorável. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$159.012 (R\$150.869 em 31 de dezembro de 2024).

(vii) Compensação – IRRF – Período 2000: A Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à RFB. Em abril de 2008, a RFB reconheceu parcialmente o crédito em favor da Suzano. Desta decisão, a Suzano interpôs Recurso Voluntário ao CARF e o julgamento foi convertido em diligência. No julgamento realizado em segunda instância administrativa, houve o provimento parcial do recurso da Suzano. Atualmente, aguardamos a intimação do acórdão. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$130.895 (R\$125.489 em 31 de dezembro de 2024).

(viii) IRPJ/CSLL - Homologação parcial – Período 1997: A Suzano deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à RFB. Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Suzano aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Suzano. Para a outra parte do

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

crédito, a Suzano ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$128.393 (R\$122.319 em 31 de dezembro de 2024).

(ix)Auto de infração – IRPJ/CSLL: Processo administrativo exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Imputam-se infrações sobre (i) preços de transferência; e (ii) despesas indedutíveis. A Suzano apresentou impugnação em janeiro de 2020, a qual foi julgada parcialmente procedente. Desta decisão, a Suzano interpôs Recurso Voluntário e o julgamento foi convertido em diligência. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$121.327 (R\$112.168 em 31 de dezembro de 2024).

(x)IRPJ/CSLL - Homologação parcial – Período 2000: Em 2024, a Suzano apresentou pedido de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano 2000, com débitos devidos à RFB. A RFB glosou integralmente o crédito tributário. Após apresentada a defesa e os recursos competentes, o processo se encerrou de maneira desfavorável para a Suzano na esfera administrativa. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”) ajuizou execução fiscal para cobrança dos valores, ocasião em que a Suzano opôs os competentes embargos à execução fiscal, os quais foram parcialmente providos. A Suzano interpôs Recurso de Apelação, que aguarda julgamento. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$105.556 (R\$101.654 em 31 de dezembro de 2024).

(xi)ICMS - Créditos - Período 05/2014 a 12/2014: A Suzano é parte em execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança de ICMS relativo ao período de maio de 2014 a dezembro de 2014. A exigência decorre da alegada ausência de estorno de créditos de ICMS vinculados à substituição de Notas Fiscais de Contas de Energia Elétrica originalmente emitidas pela concessionária de energia, bem como da suposta falta de escrituração das referidas notas fiscais relativas à entrada de energia elétrica no estabelecimento. Após a intimação da Suzano, foi apresentado Seguro Garantia e requerido prazo para a oposição dos competentes embargos à execução fiscal. Atualmente, aguarda-se a intimação para oposição dos embargos à execução fiscal. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado da exposição é de R\$118.867 (R\$98.197 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.2.2 Trabalhistas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía 1.211 processos de natureza trabalhista, no total de R\$189.506 (1.135 processos no total de R\$171.480 em 31 de dezembro de 2024).

A Suzano possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

20.2.3 Cíveis, ambientais e imobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Suzano possuía 222 processos de natureza cível, ambiental e imobiliário, no total de R\$1.023.689 (201 processos no total de R\$5.065.714 em 31 de dezembro de 2024).

De maneira geral, os processos cíveis e ambientais nos quais a Suzano, inclusive suas controladas, figura como ré estão relacionados, principalmente, a discussão acerca da competência para licenciamento ambiental, reparação de danos ambientais, matérias de natureza indenizatória, inclusive, decorrentes de discussões sobre obrigações contratuais, medidas cautelares, ações possessórias, ações de reparação de danos e revisionais, ações visando à recuperação de créditos (ações de cobrança, monitórias, execuções, habilitações de crédito em falência e recuperações judiciais), ações de interesse de movimentos sociais, tais como, trabalhadores sem-terra, comunidades quilombolas, indígenas e pescadores, e ações decorrentes de acidentes de trânsito. A Suzano possui apólice de seguro de responsabilidade civil geral que visa a amparar, dentro de limites contratados na apólice, eventuais condenações judiciais, a título de danos causados a terceiros (incluindo também empregados).

Dentre os processos de natureza cível, destacam-se:

- (i) A Suzano está envolvida em 3 Ações Cíveis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Suzano deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e, (iii) indenização por danos materiais causados às rodovias federais, meio ambiente e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada parcialmente procedente e a Suzano apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. As outras duas ACPs foram julgadas improcedentes e aguarda-se julgamento de apelação. Em setembro de 2021 todas estas ações foram suspensas por decisão do STJ de avaliar os pontos de discussão na forma de recurso repetitivo. Em dezembro 2024, os recursos repetitivos foram julgados pelo STJ no sentido de possibilitar a aplicação de dupla penalidade (administrativa e judicial), fixando tese autorizando a imposição de tutela inibitória e responsabilização civil. Foram apresentados recursos ao longo do último ano, sem alteração da decisão recorrida até o momento. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(ii) A Suzano demandou um concorrente da região centro-oeste em razão da utilização indevida e desautorizada de uma variedade de eucalipto protegida por direitos de propriedade intelectual (cultivar) da controlada incorporada Fibria. A proibição de cultivo deste ativo biológico pelo concorrente fora protegida por decisão liminar, a qual fora confirmada em sentença favorável à Suzano, com início do procedimento de liquidação de sentença pela Suzano. Contudo, em fase de apelação e em julgamento ampliado, houve acórdão desfavorável à Cia reconhecendo uma suposta nulidade incidental do cultivar. Opostos Embargos de Declaração em que restou determinada a suspensão da ação até o final julgamento da ação anulatória existente na Justiça Federal. Interposto Recurso Especial, o qual foi inadmitido e motivou a interposição de Agravo em Recurso Especial. Como mencionado, em paralelo, há uma demanda na Justiça Federal em que o concorrente ajuizou ação de anulação do registro de cultivar, mas, até o momento, o feito aguarda produção de provas de forma que não há qualquer decisão determinando a nulidade ou restringindo o direito da Suzano. Na opinião da Suzano, suportada nos pareceres de seus assessores jurídicos externos, a probabilidade de perda da causa é classificada como possível.

21 Planos de benefícios a empregados

A Companhia e a Suzano oferecem a seus funcionários planos suplementares de aposentadoria de contribuição definida e planos de benefícios definidos, tais como assistência médica e seguro de vida, os quais são detalhados a seguir:

21.1 Planos de aposentadoria suplementar – Contribuição definida

A Companhia e a Suzano possuem um plano de aposentadoria suplementar vigente, conforme detalhado a seguir:

21.1.1 Suzano Prev

Em 2005, a Companhia e a Suzano instituíram o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida.

Nos termos do contrato do plano de benefícios, para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 unidades de referência Suzano ("URS"), além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. Este plano é denominado Contribuição Básica 1.

As contribuições da Companhia e da Suzano ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 URS's, mesmo não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Este plano é denominado Contribuição Básica 2.

A partir de agosto de 2020, para os colaboradores que possuem salário menor que as 10 URS's, poderão investir 0,5 ou 1,0% do salário nominal e a Companhia e a Suzano acompanharão as contribuições do colaborador. O colaborador poderá livremente optar por investir até 12% do salário na previdência Suzano Prev, sendo que o excedente da Contribuição Básica 1 ou 2 poderá

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ser investido na contribuição suplementar, onde não há contrapartida da Companhia e da Suzano e o colaborador deverá considerar as duas contribuições para limitar a 12% do salário.

O acesso ao saldo formado pelas contribuições da Companhia e da Suzano ocorrem somente no desligamento e está diretamente relacionado ao tempo do vínculo empregatício.

As contribuições realizadas pela Companhia e suas controladas, para plano de previdência Suzano Prev administrado pela Brasilprev Seguros e Previdência S.A., no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizaram R\$24.420, reconhecidos nas rubricas custo dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas (R\$21.918 em 31 de dezembro de 2024).

21.2 Planos de benefícios definidos

A Suzano oferece assistência médica e seguro de vida, adicionalmente ao plano de aposentadoria complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos como gastos com pessoal no resultado, conforme detalhado a seguir.

21.2.1 Assistência médica

A Companhia e a Suzano garantem cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2007, bem como para seus cônjuges e dependentes, até estes completarem a maioridade.

Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia e da Suzano, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia e a Suzano asseguram o programa de assistência médica.

Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevida superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

21.2.2 Seguro de vida

A Companhia e a Suzano oferecem o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar.

Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.2.3 Movimentação do passivo atuarial

As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	721.560	833.683
Juros sobre passivo atuarial	77.348	73.853
Custo do serviço corrente	1.939	1.997
(Ganho) / perda atuarial - experiência	(13.340)	(125)
(Ganho) / perda atuarial - hipóteses econômicas	6.026	(137.649)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	(52.390)	(50.199)
Saldo no final do exercício	741.143	721.560

21.2.4 Hipóteses atuariais econômicas e biométricas

As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Econômicas		
Taxa de desconto – plano médico e seguro de vida	11,02% a.a.	11,16% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos	6,86% a.a.	6,86% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	3,50% a.a.
	0 a 24 anos: 1,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.	Acima de 80 anos: 2,50% a.a.
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Rotatividade	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Outras		
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	Homens 4 anos + velhos e 90% casados	Homens 4 anos + velhos e 90% casados
Permanência no plano	100%	100%

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

21.2.5 Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios demonstram o impacto no saldo consolidado:

	Taxa de desconto		Taxa de crescimento dos custos médicos
	+0,50 %	711.035	+1,00 %
			807.480

21.2.6 Previsão de pagamentos e duração média das obrigações

Os pagamentos nominais futuros dos benefícios esperados, referentes aos próximos 10 anos e calculados com base na obrigação dos benefícios concedidos, são apresentados a seguir:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2026	56.551
2027	60.184
2028	63.864
2029	67.549
2030	71.203
2031 a 2035	406.811

22 Pagamento baseado em ações

A Suzano concede aos membros da diretoria estatutária e não estatutária, colaboradores chave e os membros do Conselho de Administração ("Beneficiários") planos de incentivo de longo prazo baseados em ações, aprovados em Assembleia Geral com os objetivos de: (i) alinhar os interesses dos beneficiários aos interesses da Suzano e de seus acionistas, (ii) atrair, recompensar, reter e incentivar os beneficiários a conduzirem os negócios da Suzano de maneira sustentável, dentro de limites apropriados de risco e alinhados com os interesses dos acionistas, e (iii) conceder um incentivo financeiro aos beneficiários.

Os planos concedidos pela Suzano são: (i) Plano de Outorga de Ações Fantasma ("Phantom Shares - PS"), liquidado em dinheiro e (ii) Plano de Outorga de Ações com Performance, liquidado em ações.

As características e os critérios de mensuração de cada plano estão divulgados a seguir:

22.1 Plano de ações fantasmas

A quantidade de ações fantasmas a ser outorgada para cada beneficiário é calculada com base em montante financeiro.

O beneficiário somente poderá exercer os direitos às ações fantasmas, uma vez cumprido o período de carência, com duração de até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A liquidação das ações fantasmas é efetuada em dinheiro, e o montante será calculado pela multiplicação da quantidade de ações outorgadas, pelo valor da ação mensurado com base na média da cotação dos últimos 90 (noventa) pregões, ajustado conforme o desempenho do Total Shareholder Return (TSR) da Suzano, quando aplicável, de acordo com os critérios estabelecidos em cada plano.

O TSR (*Total Shareholder Return*) constitui condição de mercado e seu efeito é considerado na mensuração do valor justo das ações fantasmas na data da outorga.

Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, têm os seus valores justos mensurados ao término de cada período.

Caso os beneficiários deixem a Suzano, durante o período de carência, perderão o direito de exercer as ações fantasmas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Consolidado										
Quantidade de opções de ações										
Ano da outorga	Valor justo na outorga	31/12/2024	Outorgadas	Canceladas	Exercidas ⁽¹⁾	31/12/2025	Disponíveis para realização	Carência a cumprir/ provisionadas		
								2026	2027	2028
2020	R\$38,50	33.384	1.083		(34.467)					
2021	R\$62,25	874.480	28.375	(13.046)	(882.074)	7.735	7.735			
2022	R\$57,48	3.461.437	112.251	(109.908)	(2.983.596)	480.184	156.930	299.281	23.973	
2023	R\$48,84	3.052.179	98.965	(246.315)	(209.268)	2.695.561		2.439.228	256.333	
2024	R\$56,53	2.675.017	86.771	(207.385)	(95.013)	2.459.390			2.286.297	173.093
2025	R\$60,53		3.684.754	(168.804)	(105.413)	3.410.537				3.410.537
Quantidade de opções de ações		10.096.497	4.012.199	(745.458)	(4.309.831)	9.053.407	164.665	2.738.509	2.566.603	3.583.630
Valor contábil		361.974	209.842	(17.843)	(221.651)	332.322				
Valor contábil do exercício anterior		268.489	196.956	(23.470)	(80.001)	361.974				

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o preço médio das ações exercidas foi de R\$56,57.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

22.2 Plano de ações restritas

Cada ação com performance corresponde a 1 (uma) ação ordinária, nominativa, escritural e sem valor nominal de emissão da Suzano, a ser entregue ao beneficiário, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste plano.

A obtenção dos direitos aos beneficiários está condicionada a: (i) permanência contínua dos beneficiários como administradores da Suzano durante o período de carência, (ii) atingimento das metas atribuídas nos programas e (iii) quaisquer outras condicionantes determinadas pelo Conselho de Administração em cada outorga realizada.

O período de carência pode durar até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano.

A quantidade de ações com performance a ser efetivamente entregue para cada beneficiário dependerá do atingimento das metas atreladas nos respectivos programas e contratos, e serão apuradas após o período de carência. Neste cálculo, também será considerado o Total Shareholder Return ("TSR"), que é um indicador utilizado para medir o desempenho das ações do grupo de empresas caracterizadas como competidoras da Suzano.

Caso os beneficiários deixem a Suzano, antes do cumprimento das condições para a obtenção dos direitos, perderão o direito de exercer a opção das ações restritas.

A movimentação dos planos está apresentada a seguir:

Consolidado										
Quantidade de opções de ações										
Ano da outorga	Valor justo na outorga	Término do período de lockup								
		31/12/2024	Outorgadas	Exercidas	31/12/2025	2026	2027	2028	2029	2030
2022	R\$53,81	115.800	3.758	(119.558)						
2023	R\$51,41	383.568	12.448		396.016	277.249	118.767			
2024	R\$55,77	2.480.743	80.509	(348.417)	2.212.835	227.697	312.564		1.672.574	
2025	R\$61,39		467.265		467.265			230.773		236.492
Quantidade de opções de ações		2.980.111	563.980	(467.975)	3.076.116	504.946	431.331	230.773	1.672.574	236.492
Valor contábil		60.226	45.642	(25.126)	80.742					
Valor contábil do exercício anterior		26.744	81.276	(47.794)	60.226					

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

23 Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas - consolidado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Combinação de negócios		
Facepa ⁽¹⁾	28.394	27.182
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽²⁾	66.446	93.308
	<u>94.840</u>	<u>120.490</u>
Circulante	17.719	21.166
Não circulante	77.121	99.324

- (1) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo IPCA, ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimento em março de 2028.
- (2) Em agosto de 2014, a Suzano adquiriu a Vale Florestar S.A., por meio da VFFIP, com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações anuais, efetuadas no mês de agosto, estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do US\$ e parcialmente atualizada pelo IPCA.

24 Patrimônio líquido

24.1 Capital social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$7.785.522, integralmente realizado e dividido em 1.102.836.987 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 478.527.277 ações ordinárias e 437.320.473 ações preferenciais classe A e 186.989.237 preferenciais classe B, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país (em 31 de dezembro de 2024 o capital era de R\$5.778.670, dividido em 691.709.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 300.136.584 ações ordinárias e 274.291.308 ações preferenciais classe A e 117.281.320 preferenciais classe B)

A Assembleia Geral Extraordinária de 19 de dezembro de 2025 aprovou o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$2.009.852, conforme descrito na nota 1.2.6.

24.2 Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

Em 23 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, no valor bruto total de R\$657.327.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2025
Resultado do exercício	3.989.587
Constituição de reserva legal – 5%	199.480
Constituição de reserva de incentivos fiscais reflexa	63.818
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	3.726.289
Dividendos mínimos obrigatórios propostos – 25%	931.573
Dividendos antecipados (1)	438.471
Reserva de lucros a realizar (2)	493.102
Resultado remanescente	2.794.716
Reserva para aumento de capital – 90%	2.515.244
Reserva estatutária especial – 10%	279.472

1) Vide nota explicativa 1.2.4.

2) A Companhia constitui a reserva de lucros a realizar, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, proveniente do recebimento dos dividendos da Suzano, que distribui pelo critério de 10% da geração de caixa operacional consolidado no exercício e não pelo critério de 25% do lucro do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº6.404/76, conforme estabelecido no seu estatuto social dos dois critérios o menor.

24.3 Reservas

24.3.1 Reservas de capital

A reserva de capital é composta pelos ganhos de variação de participação em controlada.

24.3.2 Reservas de lucros

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$199.480 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$483.458.
- (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$2.550.397 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$919.992.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

- (iii) Estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$283.378 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$606.404.
- (iv) Incentivos fiscais reflexa: são às subvenções governamentais concedidas à Suzano, na forma de incentivos fiscais, reconhecidas de maneira reflexa pela Companhia na proporção de sua participação no Capital Social da controlada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de R\$433.418 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$369.600.
- (v) Reserva de lucros a realizar: constituída nos termos do artigo 197 da Lei no 6.404/76, correspondente ao lucro não realizado financeiramente, e que quando realizados, e que não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, sejam acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo dessa reserva é de 493.102 e em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 1.340.824.

O saldo acumulado de reserva de lucros não superou os limites estabelecidos no estatuto da Companhia.

24.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia registrou nesta rubrica do balanço as contrapartidas dos ajustes do custo atribuído quando da adoção das IFRS em 1º de janeiro de 2009 na Suzano. A movimentação desta rubrica ocorre pela realização dos itens do imobilizado, bem como, demais contrapartidas decorrentes da aplicação das IFRS. Adicionalmente, nesta rubrica são registradas as variações cambiais de controladas no exterior, o ganho (perda) com a atualização dos passivos atuariais e o resultado com a conversão das debêntures da 5ª emissão em ações com Partes Relacionadas, líquidos do imposto de renda e contribuições sociais diferidos da Suzano, e pelos ganhos e perdas de variação de participação decorrente de recompra de ações da controlada Suzano.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

25 Resultado por ação**25.1 Básico**

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício.

	31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	1.638.358	1.647.004	704.225	3.989.587
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado básico por ação	<u>5,36134</u>	<u>5,89747</u>	<u>5,89747</u>	

	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(867.149)	(871.725)	(372.732)	(2.111.606)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado básico por ação	<u>(2,83765)</u>	<u>(3,12141)</u>	<u>(3,12141)</u>	

25.2 Diluído

O resultado diluído por ação é calculado no pressuposto da conversão de todas as opções de compra de ações ordinárias da Suzano, que provocariam reflexos no lucro atribuível à Companhia.

	31/12/2025			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	1.634.382	1.643.006	702.516	3.979.904
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado diluído por ação	<u>5,34833</u>	<u>5,88316</u>	<u>5,88316</u>	

	31/12/2024			
	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(867.149)	(871.725)	(372.731)	(2.111.605)
Quantidade média ponderada da quantidade de ações no período (mil)	305.587	279.273	119.411	704.271
Resultado diluído por ação	<u>(2,83765)</u>	<u>(3,12141)</u>	<u>(3,12141)</u>	

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

26 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos (1)	(5.679.047)	(4.453.739)		
PIS e COFINS dos juros sobre capital próprio recebido		(68.599)		(68.599)
Prêmio sobre liquidação antecipada	(110.060)			
Amortização de custos de transação, ágio e deságio	(101.926)	(80.099)		
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento (2)	(468.289)	(451.634)	(410)	(486)
Outras	(524.777)	(557.006)	(100)	(88)
	<u>(6.884.099)</u>	<u>(5.611.077)</u>	<u>(510)</u>	<u>(69.173)</u>
Receitas financeiras				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.591.439	1.603.218	6.628	4.050
Juros sobre outros ativos	183.916	164.289	1.346	609
	<u>1.775.355</u>	<u>1.767.507</u>	<u>7.974</u>	<u>4.659</u>
Instrumentos financeiros derivativos				
Receitas	10.033.761	2.669.394		
Despesas	(2.705.077)	(11.782.077)		
	<u>7.328.684</u>	<u>(9.112.683)</u>		
Variações monetárias e cambiais, líquidas				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.384.101	(17.728.324)		
Arrendamento	304.959	(613.124)		
Outros ativos e passivos (3)	(1.138.450)	2.456.455		
	<u>7.550.610</u>	<u>(15.884.993)</u>		
Resultado financeiro, líquido	<u>9.770.550</u>	<u>(28.841.246)</u>	<u>7.464</u>	<u>(64.514)</u>

(1) Exclui R\$274.731 no consolidado referente a custos de empréstimos capitalizados, relacionado, substancialmente, ao imobilizado em andamento do Projeto Cerrado (R\$959.968 no consolidado em 31 de dezembro de 2024).

(2) Inclui R\$265.463 no consolidado (R\$249.135 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), referente à reclassificação para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

(3) Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros

27 Receita líquida – consolidado

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	60.464.314	57.019.915
Deduções		
Devoluções e cancelamentos	(174.694)	(235.100)
Descontos e abatimentos	(7.863.333)	(6.936.630)
	<u>52.426.287</u>	49.848.185
Impostos sobre as vendas	(2.310.031)	(2.442.796)
Receita líquida	<u>50.116.256</u>	<u>47.405.389</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28 Informação por segmento – consolidado

28.1 Critérios de identificação dos segmentos operacionais

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva Estatutária da Companhia e da Suzano avaliam o desempenho de seus segmentos de negócio por meio do EBITDA Ajustado. A Suzano revisou a nota de segmento para apresentar o EBITDA Ajustado como sua medida de desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes:

- i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e *fluff* principalmente para abastecer o mercado externo.
- ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido a sua imaterialidade.
- iii) Imobiliário: Incorporadora e administradora de imóveis.

As informações referentes aos ativos e passivos totais por segmentos não são apresentadas, pois não compõem o conjunto de informações disponibilizadas aos Administradores da Companhia e da Suzano que, por sua vez, tomam decisões sobre investimentos e alocação de recursos considerando as informações dos ativos em bases consolidadas.

Adicionalmente, com relação às informações geográficas relacionadas a ativos não circulantes, não divulgamos tais informações, visto que todos os nossos ativos imobilizados, ativos biológicos e intangíveis estão substancialmente localizados no Brasil.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

28.2 Informações dos segmentos operacionais

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não segmentado	Total
Receita líquida	37.816.141	12.299.538	577		50.116.256
Mercado interno (Brasil)	1.786.984	7.462.804	577		9.250.365
Mercado externo	36.029.157	4.836.734			40.865.891
Ásia	17.987.863	45.083			18.032.946
Europa	10.532.908	344.813			10.877.721
América do Norte	6.901.189	3.321.114			10.222.303
América do Sul e Central	588.451	1.069.113			1.657.564
África	18.746	56.611			75.357
Custo dos Produtos Vendidos	(25.321.167)	(8.568.337)	(813)		(33.890.317)
EBITDA Ajustado	18.896.947	2.845.472	(866)	(6.253)	21.735.300
Ajustes ao EBITDA (*)					209.947
Depreciação, exaustão e amortização					(11.298.347)
Resultado financeiro					9.770.550
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social					20.417.450

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Celulose	Papel	Imobiliário	Não segmentado	Total
Receita líquida	37.593.462	9.809.819	2.108		47.405.389
Mercado interno (Brasil)	2.295.258	7.278.586	2.108		9.575.952
Mercado externo	35.298.204	2.531.233			37.829.437
Ásia	15.760.800	24.767			15.785.567
Europa	11.895.394	355.784			12.251.178
América do Norte	6.965.731	914.234			7.879.965
América do Sul e Central	670.157	1.179.840			1.849.997
África	6.122	56.608			62.730
Custo dos Produtos Vendidos	(21.261.705)	(6.139.822)	(988)		(27.402.515)
EBITDA Ajustado	20.866.160	2.983.040	1.558	(5.387)	23.845.371
Ajustes ao EBITDA (*)					1.065.887
Depreciação, exaustão e amortização					(9.225.034)
Resultado financeiro					(28.841.246)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social					(13.155.022)

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
(*) Ajustes ao EBITDA		
Atualização do valor justo do ativo biológico	1.516.458	1.431.530
Equivalência patrimonial ^{(2) (3)}	(409.212)	(13.845)
Impairment de subsidiárias ⁽²⁾	(88.871)	
Resultado na venda e baixa de ativos não circulantes	(386.396)	(169.284)
Reversão (provisão) na perda de crédito de ICMS (nota 9.1)	(193.152)	(130.726)
Gastos com aquisição de ativos e combinações de negócios	(82.426)	(34.065)
Baixa de madeira em pilha	(78.203)	(11.930)
Gastos com reestruturações	(59.725)	(1.205)
Outros ⁽¹⁾	(8.526)	(4.588)
	209.947	1.065.887

- a. Inclui itens com ajustes específicos, não caixa e excepcionais, como: i) perda efetiva do programa de adiantamento de contrato de fomento; ii) multas e distrato de contratos; iii) créditos tributários - exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS; e iv) doações para catástrofes e pandemias.
- b. Inclui o impacto da operação com a coligada Spinnova Plc envolvendo a joint venture Woodspin Oy e a controlada Suzano Finland Oy.
- c. Inclui o impacto da operação com a coligada Ensyn Corporation envolvendo a joint venture F&E Technologies LLC e a controlada F&E Tecnologia do Brasil S.A.

28.3 Receita líquida por produto

Produtos	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Celulose de mercado ⁽¹⁾	37.816.141	37.593.462
Papel para impressão e escrita ⁽²⁾	8.260.804	8.478.489
Papel cartão	3.999.186	1.270.872
Outros	40.125	62.566
	50.116.256	47.405.389

- (1) A receita líquida da celulose fluff representa 0,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de celulose de mercado (0,7% em 31 de dezembro de 2024).
- (2) A receita líquida de tissue representa 5,7% do total da receita líquida consolidada e, portanto, foi incluída na receita líquida de papel de impressão e escrita (5,8% em 31 de dezembro de 2024).
- (3) O aumento das receitas de papelcartão decorre, substancialmente, das operações da Suzano Packaging LLC, adquirida em 1º de outubro de 2024.

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional celulose, China e Estados Unidos da América são os principais países, representando 39,30% e 13,80%, respectivamente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (China e EUA representaram 36,92% e 16,08%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024).

Com relação às receitas do mercado externo do segmento operacional papel, Argentina e Estados Unidos da América são os principais países, representando 5,79% e 67,53%, respectivamente, no

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Argentina e EUA representaram 10,96% e 22,50%, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024). O aumento das receitas dos Estados Unidos da América decorre, substancialmente, das operações da Suzano Packaging LLC, adquirida em 1º de outubro de 2024.

Não há nenhum outro país estrangeiro individual que represente mais do que 10% da receita líquida no mercado externo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

28.4 Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)

Os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), decorrentes de combinações de negócios foram alocados aos segmentos divulgáveis, correspondem às unidades geradoras de caixa ("UGC") da Suzano, considerando os benefícios econômicos gerados por tais ágios e são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Celulose	7.897.051	7.897.051
Papel	290.191	290.191
	8.187.242	8.187.242

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

29 Receitas (despesas) por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos Produtos Vendidos (1)				
Gastos com pessoal	(2.306.701)	(1.741.939)		
Custo com matérias-primas, materiais e serviços	(13.934.386)	(11.468.545)		
Custos logísticos	(6.194.178)	(5.186.872)		
Depreciação, exaustão e amortização	(10.210.462)	(8.135.016)		
Outros (2)	(1.244.590)	(870.143)		
	(33.890.317)	(27.402.515)		
Despesas com vendas				
Gastos com pessoal	(375.408)	(330.178)		
Serviços	(244.206)	(247.585)		
Despesas com logística	(1.511.160)	(1.288.670)		
Depreciação e amortização	(971.788)	(955.201)		
Outros (3)	(210.178)	(116.913)		
	(3.312.740)	(2.938.547)		
Despesas gerais e administrativas				
Gastos com pessoal	(1.725.140)	(1.666.013)	(4.911)	(4.170)
Serviços	(596.825)	(504.298)	(865)	(934)
Depreciação e amortização	(129.206)	(143.670)	(71)	(70)
Outros (4)	(340.833)	(313.153)	(1.512)	(1.174)
	(2.792.004)	(2.627.134)	(7.359)	(6.348)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas				
Resultado na venda de outros produtos, líquido	44.225	77.817		
Resultado na alienação e baixa de ativos não circulantes	(386.396)	(163.033)		
Resultado na atualização do valor justo do ativo biológico	1.516.458	1.431.530		
Depreciação, amortização e outras realizações de PPA (5)	14.127	9.822		
Provisão para passivos judiciais	(153.988)	(148.952)		
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(99.456)	55.771	30	
	934.970	1.262.955	30	

(1) Inclui R\$680.209 referentes aos gastos com parada de manutenção (R\$587.345 em 31 de dezembro de 2024).

(2) O efeito da eliminação do lucro dos estoques a realizar nas vendas da Suzano para suas controladas, que é ajustado nas demonstrações consolidadas, também foi ajustado no resultado individual da Suzano, para manter o patrimônio líquido igual entre Suzano e consolidado, com reflexo em outros passivos circulantes (R\$855.380 em 31 de dezembro de 2025 e R\$(1.176.662) em 31 de dezembro de 2024).

(3) Inclui PECLD, seguros, materiais de uso e consumo, viagens, hospedagem, feiras e eventos.

(4) Inclui, substancialmente, despesas corporativas, seguros, materiais de uso e consumo, projetos sociais e doações, viagem e hospedagem.

(5) No consolidado refere-se, substancialmente, a baixa de passivos contingentes assumidos no PPA da Fibria, conforme nota 20.1.

30 Cobertura de seguros – consolidado

A Suzano mantém cobertura de seguro para risco operacional com limite máximo para indenização de US\$1.225.000 equivalente a R\$6.740.440. Adicionalmente, mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil geral no montante de US\$20.000, equivalente a R\$110.048 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Suzano considera esse valor suficiente para cobrir possíveis riscos de responsabilidades, sinistros com seus ativos e lucros cessantes. A Suzano não tem seguro para suas florestas. Visando minimizar o risco de incêndio, são mantidos, pela brigada interna de incêndio, um sistema de torres de observações e uma frota de caminhões. A Suzano não apresenta histórico de perdas relevantes com incêndio de florestas.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

A Suzano dispõe de apólice de seguro de transporte nacional com limite máximo para indenização de R\$60.000 e internacional no montante de US\$75.000, equivalente a R\$412.680, com vigência até maio de 2027, com renovação prevista para um período de 18 meses.

Além das coberturas mencionadas anteriormente, são mantidas em vigor apólices de responsabilidade civil dos administradores, executivos e diretores, de responsabilidade civil sobre produtos, de responsabilidade civil veicular, apólices de risco de crédito para clientes no mercado nacional e internacional e apólices de seguro de vida e de seguro saúde.

31 Evento subsequente

31.1 Contratação de linha de crédito

Em 5 de fevereiro de 2026, a Suzano concluiu a contratação de uma nova linha de crédito rotativo (Revolving Credit Facility) através de sua subsidiária Suzano International Finance B.V., substituindo a linha de crédito rotativo vigente desde fevereiro de 2022, aumentando o total disponível em linhas de crédito rotativo de US\$1.275.000 para US\$1.775.000 (equivalentes a R\$9.766.760). A contratação da nova linha tem por objetivo ampliar a já robusta posição de liquidez, proporcionando maior flexibilidade do caixa ao longo dos próximos anos.

O valor contratado de US\$1.775.000 tem prazo de disponibilidade até fevereiro de 2031. O custo de manutenção (*commitment fee*), caso a linha não seja desembolsada, será de 0,27% a.a., e caso a linha seja desembolsada, será de SOFR+ 0,90% a.a.

31.2 Programa de recompra de ações

Em 10 de fevereiro de 2026, o Conselho de Administração da Suzano aprovou o novo programa de recompra de ações, no qual, poderá adquirir até o máximo de 40.000.000 (quarenta milhões) ações ordinárias de sua própria emissão com prazo máximo para realização de 18 meses.

As operações serão realizadas na B3, a preços de mercado, à conveniência da Suzano, tendo em vista o valor de cotação de suas ações, podendo as ações adquiridas serem mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente.

31.3 Emissão de cédula de produto rural com liquidação financeira ("CPR-Fs")

Em 05 de março de 2026 o Conselho de Administração da Suzano aprovou a realização da 2ª emissão de 2.500.000 de cédula de produto rural com liquidação financeira ("CPR-F"), escriturais, em até duas séries da Suzano, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$2.500.000.

Serão emitidas no máximo na primeira série 1.500.000 de CPR-Fs equivalentes a R\$1.500.000 e no mínimo na segunda série 1.000.000 de CPR-Fs equivalente R\$1.000.000.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

31.4 Emissão de debêntures

Em 05 de março de 2026 o Conselho de Administração da Suzano aprovou a realização da 12ª emissão de 179.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única da Suzano, com valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$179.000.

31.5 Venda da participação na controlada Premesa S.A.

Em 09 de março de 2026 a Companhia alienou a participação total da sua controlada Premesa S.A., representada por 21.572 ações ordinárias para IPLF Holding S.A., pelo valor de R\$2.926 a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Suzano Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Valor justo dos ativos biológicos
(Notas 3.2.8 e 13)

Os ativos biológicos da controlada Suzano S.A. correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, menos as despesas de venda necessárias para colocar o ativo em condições de uso ou venda, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado. Em 31 de dezembro de 2025, esses valores eram de R\$ 26.097.164 mil (Consolidado). Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo, principalmente, o incremento médio anual (IMA) das florestas e o preço bruto médio de venda da madeira em pé em diferentes regiões.

Este é um assunto que permanece sob atenção da nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e a totalidade e acuracidade dos dados utilizados no cálculo.

Com apoio de nossos especialistas em valorização de ativos biológicos, avaliamos a aderência do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como sua coerência lógica e aritmética.

Definimos como principais premissas na perspectiva da auditoria, o preço bruto médio de venda da madeira em pé em diferentes regiões e o incremento médio anual (IMA) das florestas. Efetuamos comparações com publicação externa especializada, bem como avaliamos o comportamento histórico, respectivas tendências e os dados utilizados.

Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos e internos contratados pela administração para elaboração do cálculo do valor justo.

Avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação do valor justo está consistente com as práticas de mercado e que as premissas e dados utilizados estão devidamente suportados, bem como com os requisitos de divulgação estabelecidos pela norma contábil.

Porque é um PAA

Passivos judiciais tributários, previdenciários e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro
(Notas 3.2.12, 3.2.13 e 20)

As controladas da Companhia são parte passiva em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas operações.

Especialmente nos casos de natureza tributária, previdenciária e incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, tratam-se de divergências na interpretação de leis, autos de infração, entre outros.

A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados como de perda provável, líquido dos depósitos judiciais, e divulga aqueles considerados como incertos, com risco de materialização não provável. Em 31 de dezembro de 2025, a provisão para passivos judiciais correspondia a R\$ 2.270.733 mil (Consolidado), e as contingências possíveis e incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, totalizavam a R\$ 10.433.658 mil (Consolidado).

A determinação das chances de perda, assim como dos valores objetos das disputas, envolve julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração. Por essa razão, mantivemos esse tema como uma área de foco de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento e as jurisprudências dos processos judiciais tributários e previdenciários e das incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas.

Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto dos principais processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e a opinião de especialistas jurídicos externos contratados, bem como avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração e o prognóstico de perda determinado pela Companhia e suas controladas.

Obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelas defesas da Companhia e suas controladas nos tribunais.

Para prognósticos onde as expectativas de perdas são avaliadas como possíveis e, especificamente para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, confrontamos com as respostas dos assessores jurídicos e analisamos as divulgações.

Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento e os prognósticos de perda determinados, bem como avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentações suporte.

Observamos que as conclusões da administração e as documentações suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com nosso entendimento sobre os objetos das disputas judiciais, bem como com os valores e as divulgações incluídas nas notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Daniel Vinícius Fumo
Contador CRC 1SP256197/O-9

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")**Sobre o Comitê**

O CAE da Suzano Holding S.A. ("Suzano Holding") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em dezembro de 2019.

O CAE é composto por 3 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. A maioria dos membros são independentes, sendo que ao menos um deles integra também o Conselho de Administração da Suzano Holding. Dentre os membros do CAE, o Sr. Marcos Sampaio de Almeida Prado, atua como coordenador e o Sr. José Carlos Garbes, como especialista financeiro.

De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano Holding, (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as emanadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão limitada dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios descritos acima.

Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 18 de março de 2026, contendo opinião sem ressalvas.

Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pela Diretora Jurídica.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário

O CAE se reuniu 6 (seis) vezes no período de janeiro a dezembro de 2025. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, destacamos:

- (i) Recomendação para aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) Exame das informações trimestrais da companhia nos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2025;
- (iii) Monitoramento da execução dos planos de remediação das recomendações indicadas na Carta de Recomendações dos auditores independentes;
- (iv) Monitoramento da adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia; e
- (v) Acompanhamento do andamento dos trabalhos aprovados no plano de auditoria, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance.

Conclusão

Os membros do CAE da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, bem como daquelas previstas no seu Regimento Interno do próprio comitê, procederam ao exame e à análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório de auditoria contendo opinião sem ressalvas dos auditores independentes, do relatório anual da Administração, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recomendam, por unanimidade, a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, dos documentos acima citados.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Coordenador

José Carlos Garbes
Especialista financeiro

Orlando de Souza Dias
Membro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO**

O Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") da Suzano Holding S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no § 1º, inciso VII do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, examinou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Relatório da Administração, e o relatório emitido sem ressalvas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.

Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, os membros do CAE, abaixo assinados, opinam que as demonstrações financeiras se encontram em condições de serem aprovadas.

São Paulo, 18 de março de 2026.

Marcos Sampaio de Almeida Prado
Coordenador

José Carlos Garbes
Especialista financeiro

Orlando de Souza Dias
Membro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026.

DAVID FEFFER
Diretor Presidente

MARIA CECILIA CASTRO NEVES IPIÑA
Diretora e Diretora de Relações com Investidores

GABRIELA FEFFER MOLL
Diretora

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Suzano Holding S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.651.809/0001-05 ("Companhia"), nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que (i) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e (ii) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 18 de março de 2026.

DAVID FEFFER
Diretor Presidente

MARIA CECILIA CASTRO NEVES IPIÑA
Diretora e Diretora de Relações com Investidores

GABRIELA FEFFER MOLL
Diretora